

EX O A O
V O E S S O

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

MARIZA DA SILVA SANTOS FINATO

FAMÍLIAS SUBSTITUTAS:
SOLUÇÃO PARA O ABANDONO INFANTIL?

MARÍLIA - SP
1997



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

CLASS.: 301.42
F491
TOMBO: 808



MARIZA DA SILVA SANTOS FINATO

FAMÍLIAS SUBSTITUTAS: SOLUÇÃO PARA O ABANDONO INFANTIL ?

1410000808



Marília - São Paulo
1997



MARIZA DA SILVA SANTOS FINATO

Dissertação apresentada ao curso de
pós-graduação em Educação da
Universidade Estadual Paulista -
Campus de Marília, como requisito
parcial à obtenção do título de
Mestre.

Orientadora: Professora Doutora
Ethel V. Kosminsky.

Marília - São Paulo
1997



COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Dra. Ethel V. Kosminsky

Profª Dra. Maria Aparecida T. Zamberlan

Prof. Dr. Marcos César Alvarez

Marília, __ de _____ de 199_.



DEDICATÓRIA

Dedico às pessoas mais importantes da minha vida, as quais tenho muito orgulho, tanto me apoiaram, e deram forças para a realização deste MINHA FAMÍLIA.

AGRADECIMENTO

Agradeço a DEUS que ilumina o meu caminhar todos os dias.

À instituição Lar Anália Franco de Londrina pela oportunidade concedida para a realização e conclusão deste Projeto.

Agradeço a minha orientadora Ethel V. Kosminsky, pelo tempo, apoio e paciência dispensados.

Agradeço a minha colega Sueli Aparecida Lourençon Forli, assistente social do lar Anália Franco de Londrina, pelo apoio fornecido para a realização deste trabalho.

Agradeço as minhas bolsistas Eleniara Nogueira Franco, Rita Márcia Aragão, pelo auxílio na coleta de dados.

À todos que de uma forma ou de outra me apoiaram e colaboraram para a realização deste.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 JUSTIFICATIVA	4
1.2 O PROBLEMA.....	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1 O TRAJETO DA FAMÍLIA URBANA POBRE NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	9
2.2 QUESTÕES LEGAIS E PSICOLÓGICAS SOBRE O ABANDONO INFANTIL	19
2.3 AS INSTITUIÇÕES TOTAIS E O LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA.....	26
2.4 QUEM É A FAMÍLIA SUBSTITUTA ?.....	35
2.5 PAPEL MATERNO ATRAVÉS DOS TEMPOS E A CONCEITUAÇÃO DE APEGO ..	40
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
3.1 SUJEITOS DA PESQUISA	59
3.2 LOCAL DA PESQUISA.....	60
3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA.....	60
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA	61
3.5 PERÍODO DE COLETA	63
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	64
5. CONCLUSÕES.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

ANEXOS

- ANEXO I - BIBLIOTECA**
- ANEXO II - PÁTIO COBERTO**
- ANEXO III - CASAS LARES**
- ANEXO IV - FACHADA DO LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA**
- ANEXO V - ENTREVISTA JUNTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO
LAR (MODELO)**
- ANEXO VI - QUESTIONÁRIO DE AUTO-CONCEITO**
- ANEXO VII - ENTREVISTA COM OS PROFESSORES**

RESUMO

O objetivo principal dessa pesquisa foi o estudo de crianças e adolescentes com história de abandono, cujo desenvolvimento se dá em lares substitutos até a maioridade. A instituição estudada foi o Lar Anália Franco de Londrina, que possui cinco unidades-lares, cada uma composta de um casal de *Laristas*, seus filhos biológicos e grupos de, em média, dez a doze crianças com idades variando de zero a dezoito anos. O estudo procurou compreender, também, o papel da família substituta sobre o desenvolvimento afetivo e social dessas crianças. A abordagem ecológica foi escolhida como procedimento metodológico, abrangendo investigações nos ambientes freqüentados pelas crianças tais como: a sede principal, salas de reforço, pátios, escolas e as unidades-lares. Foi utilizado o enfoque longitudinal, sendo utilizados pelo período de um ano, entrevistas com as crianças, aplicado um questionário para avaliar o autoconceito das mesmas; entrevistas com os professores e registros dos encontros semanais feito com os casais *laristas*. Os resultados mostraram que o fato de serem internos não diminuiu o conceito positivo que têm sobre si próprios. Além disso, o vínculo afetivo estabelecido com os casais *laristas* é benéfico, pois os adolescentes de hoje foram educados pelo modelo de lar substituto e demonstraram muita afetividade para com as crianças menores, contatos físicos freqüentes, através de brincadeiras, pegar no colo, além do comportamento de compartilhar comida, entre outros. A vinculação afetiva se dá, também, por parte de *laristas*, em relação às crianças e adolescentes, podendo ser constatado, através dos cuidados quanto às roupas, alimentação, doenças, preocupação com o humor e o modo de reagir de cada adolescente. Parece que comportamentos como ponderação, assertividade, afetividade, estabilidade emocional, por parte dos *laristas*, obtêm melhores resultados nas relações com crianças e adolescentes. É possível concluir-se que quando não existe, para a criança, outra alternativa como o retorno aos pais biológicos ou adoção, a família substituta, mais do que uma instituição do tipo orfanato, pode ser a saída para o desenvolvimento completar-se de maneira que a criança receba amor e tenha um modelo positivo de família, para no futuro poder reproduzi-lo junto aos seus filhos.

ABSTRACT

The main purpose of this research, was to study children and adolescents with a history of abandonment and whose growing up process takes place in substitute home families until they reach their majority. The studied institution was Lar Anália Franco (a children's home and orphanage) in Londrina, where there are five home-units, each one with a couple of "substitute parents", their biological children and groups of approximately ten to twelve children with ages ranging between zero to eighteen years old. This study also tried to understand the role the substitute family has on the effective and social upbringing process. The echological approach was chosen as methodological procedure containing investigations on the several enviroments visited by the children, such as: the main headoffice, reinforcement classrooms, schoolyards, schools and the home-units. The longitudinal way of focussing the problem was used and the children were interviewed in one-year period, using a questionnaire in order to evaluate their self-concept, interviews with the teachers and record of the weekly meeting hel together with the home couples. The obtained results showed that the fact of being intern in a children's home have not reduced the positive concept they about themselves. Besides that, the existing affective bond with the substitute families is beneficial because the adolescents who are between fifteen to eighteen years old were brought up based on the model of substitute home and showed a great affection for the younger children; frequent physical contacts by means of jokes, holding the children in their arms, besides the habit of sharing food, among others. The affective bond also happens from the substitute parent's care towards the children and adolescents, which can be evidenced by the concern for the clothes, food, health problems, the mood and the way of reacting of each adolescent. It is noticed that behaviours such as: consideration, assertiveness, affectivity, emotional security on the part of the substitute families, have better results in the relations with the children and adolescents. It is possible to conclude that: when there is no other alternative for the child, such as returning to their biological parents or being adopted, the substitute family, in a substitute home, more than and institution like an orphanage, can be the only way for the best and most complete upbringing process, in such a way that the child/adolescent can receive love and have a positive model of family, in order to reproduce this model in the future with their own children.

1. INTRODUÇÃO

Trabalhando com projetos de pesquisa voltados para crianças e instituições desde 1992, interessamo-nos, há algum tempo, pelo problema da infância pobre e suas conseqüências.

A literatura procurada a princípio, dentro da nossa área de atuação - a Psicologia, - sempre apontou para os efeitos maléficos ao desenvolvimento infantil, quando não há possibilidade da formação de vínculos afetivos seguros entre a criança e alguém que lhe seja significativo. Autores como Bowlby, Freud, Dollard & Miller, Bandura, entre outros, embora de correntes teóricas diferentes, concordam quanto ao prejuízo emocional, cognitivo, motor que a criança pode ter, quando não dispõe do outro positivamente significativo no início de seu desenvolvimento.

Ao iniciarmos nosso trabalho com grupos de crianças e adolescentes de instituições, sentíamos muita resistência e observávamos, com freqüência e alguma regularidade, características comportamentais tais como: dificuldade em estabelecer vínculos, comportamento mentiroso, desatenção, agressividade, inabilidade social, em relação aos outros do próprio grupo e a nós que coordenávamos os encontros semanais.

A cada encontro, tínhamos surpresas: havia dias em que a cooperação, a atenção e o interesse pelas atividades propostas eram constantes durante 80% do tempo. Entretanto, para nossa decepção e desânimo, no encontro seguinte, a indiferença, falta de cooperação, agressividade mútua nos grupos se faziam presentes na mesma proporção.

Iniciamos, então, o Mestrado e nos interessamos por uma disciplina que falava sobre a infância pobre brasileira e as instituições assistenciais. O fato de essa disciplina ter sido ministrada por uma socióloga (que hoje é minha orientadora), serviu-me para expandir limites teóricos e pessoais, através de leituras de autores como Goffman e Berger, entre outros, e perceber o quanto poderia enriquecer meu trabalho de pesquisa.

Nessa época, elaborei outro projeto de pesquisa junto à universidade na qual leciono, procurando encontrar outra instituição de crianças com características diferentes da primeira, com uma realidade pelo menos oposta àquela.

Embora as duas instituições tivessem as mesmas filosofias religiosas - espíritas kardecistas^{*} - o funcionamento era diferente. Na primeira, monitores cuidavam de grupos de crianças de faixas etárias diferentes durante o dia. À noite um plantonista a cada doze horas “tomava conta” de todas as 88 crianças, contando com duas adolescentes entre 12 e 14 anos para cuidar dos pequeninos do berçário.

Na segunda instituição, grupos de, em média, 10 crianças de idades e sexos diferentes, moram em casas-lares, que estão no mesmo espaço físico da instituição principal, chamada Lar Anália Franco, cujo maior detalhamento será feito oportunamente, no capítulo referente a essa entidade. Nessas casas lares, casais cuidam da educação, alimentação e escolaridade das crianças, bem como dos seus filhos biológicos que convivem dentro do mesmo espaço.

* kardecismo= doutrina religiosa de Allan Kardec, pensador espírita francês (1804-1869). FERREIRA, A.B. de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Eda Nova Fronteira, RJ, 1a ed., 15a impressão.



O princípio do Lar é dar às crianças uma estrutura familiar de acordo com o modelo de família tradicional, composta de pai, mãe e filhos, com o objetivo de suprir as deficiências dessas crianças que muitas vezes não sabem o significado desses modelos.

Tendo, como referência, a experiência de grupos de crianças da outra instituição e o pouco progresso conseguido trabalhando apenas com grupos de crianças e adolescentes, decidimos, nesse segundo projeto, iniciar os contatos com os casais-laristas, professores, e, num segundo momento, com as crianças. Sabemos da necessidade de semelhante atendimento aos funcionários que também convivem com as crianças. Um trabalho de grupo com outra psicóloga, está tendo início junto aos mesmos. Entretanto, para obter-se resultados positivos, ainda temos que caminhar muito.

1.1 JUSTIFICATIVA

Temos, como ponto em comum, junto a autores como Rizzini & Rizzini (1984), Weber e Kossobudzki (1993), que o internamento em instituições de crianças não é a única saída para resolver o problema da infância pobre. São conhecidos, desde a década de 30, estudos dos efeitos destrutivos da separação mãe-criança, a perda da identidade que uma instituição com suas normas padronizadas vai impondo aos poucos na criança ou adolescente que ali ingressa, de acordo com os “ritos de entrada” que Goffman tão bem descreveu em seu livro “Manicômios, Prisões e Conventos”(1974).

Vê-se também o crescimento da urbanização que acontece há quarenta ou cinquenta anos com a invasão dos grandes centros e em especial da cidade de São Paulo, por “camponeses pobres ou empobrecidos do norte e do nordeste do país, assim como zonas miseráveis de Minas e Goiás”(Mello, 1994,p.22). Os efeitos causados por esse crescimento trazem, além de grandes transformações físicas - a deterioração das periferias da cidade, - consequências humanas - imprimindo, às pessoas, um processo de aculturação forçado, desvalorizando sua auto-estima e acentuando, por parte da sociedade, o preconceito. Além disso, as consequências sociais são as piores possíveis pela impossibilidade das grandes cidades de ter estrutura educacional, de habitação, de saúde e principalmente, empregatícia, para absorção dessa mão de obra.

Temos, então, o desmantelamento de uma estrutura familiar já frágil, muitas vezes composta de pai, mãe e vários filhos ou, a mulher como responsável, sendo obrigada a usar a internação de seus filhos em instituições de forma semelhante à creche. Quando não, os



subempregos desgastantes, obrigam-na a pouco tempo de relacionamento com os filhos e, quando isso acontece, em grande parte este é pouco tolerante, muitas vezes punitivo, favorecendo a saída da criança para as ruas.

A criança *na* rua, passa a ser a criança *de* rua, com todos os riscos presentes: exploração pelos maiores, contato com drogas, pequenos furtos, prostituição, etc. A suposta “proteção” dada pelos colegas e pelos maiores, mais experientes, é trocada pela convivência entre os membros desses grupos. O vínculo já rompido com pessoas que eram importantes para essa criança, é fortalecido com esses novos pares. Temos, então, todos os elementos que se tornam importantes para a criança e afastam-na de vez de casa: os *outros* que lhe “protegem”, “ouvem”, “ensinam”, substituindo de vez o elo com a família de origem.

Sabemos que tanto a criança infratora quanto a criança abandonada, trazem histórias individuais tristes, envolvendo perda do vínculo com alguém que lhe era significativo, seja desde muito cedo em seu desenvolvimento, seja por abandono recente.

Quando se dá o encaminhamento de crianças para internamento, conforme o Código de Menores (1979), hoje Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1989, através de ordem judicial, a criança inicia sua peregrinação rumo a um novo papel que terá de aprender a representar: o de *institucionalizado*.



1.2 O PROBLEMA

Ao escolhermos essa instituição - lar para estudarmos, levantamos algumas hipóteses que passaremos a relatar, buscando verificar ou não, sua confirmação ao final deste estudo:

1. **Crianças abandonadas com idade de até 09 anos, adaptam-se mais facilmente à rotina e a terceiros (laristas), demonstrando menos comportamentos opositores do que adolescentes nas mesmas condições;**
2. **A avaliação dos professores é mais positiva quando sabem que a criança é assistida de maneira regular pelos laristas e monitores (aulas de reforço) da instituição.**
3. **Mesmo não sendo o ideal, a família substituta - seja ela nuclear ou matriarcal, pode dar à criança com história de abandono, melhores condições de desenvolvimento emocional, cognitivo, do que o modelo existente na maioria das cidades brasileiras: o orfanato.**
4. **As dificuldades de interação que surgem nas unidades-lares assemelham-se, talvez, aos desafios entre os adolescentes e seus pais, indicando a busca de referência pessoal, característica comum nessa faixa de idade.**



5. Casais laristas mais novos quanto à idade e tempo de instituição, são mais desafiados pelos adolescentes do que casais mais velhos e com maior tempo de instituição.

6. Casais laristas com nível de escolaridade são mais procurados para tirar dúvidas sejam pessoais ou escolares, pelas crianças e adolescentes do que casais sem escolaridade.

7. A grande rotatividade dos casais laristas está relacionada com o descontentamento na maneira de funcionar das unidades.

8. O descontentamento dos casais laristas está diretamente relacionado à incapacidade em lidar com crianças e adolescentes que não sejam seus filhos biológicos.

9. A oportunidade dos casais laristas de expor os problemas pessoais e de relacionamento nas unidades, pode, através de exposição verbal em grupo de apoio psicológico, facilitar soluções alternativas e evitar saídas imprevistas das unidades.

10. Mudanças constantes de laristas das unidades, são prejudiciais ao desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes, da mesma forma que mudanças por parte das crianças e adolescentes para outras unidades podem não resolver problemas de disciplina.

11. Entre as crianças e adolescentes de ambos os sexos do Lar, existem alguns que, a despeito de uma história pessoal sofrida e negativa, demonstram, em termos comportamentais, uma maneira positiva de enfrentar os problemas diários.

Uma vez colocado o problema, e com as hipóteses levantadas, buscaremos, através de um trabalho de pesquisa, constatar ou refutar as hipóteses. É, portanto, um processo de crescimento mútuo, onde pesquisador e pesquisado precisam estar abertos para mudanças, reformulações e, dessa forma, contribuir, da melhor maneira, para o problema do abandono de crianças em instituições.

Conforme defendido por diversos autores, mais do que se adotarem padrões interventivos que focalizem o distúrbio e não a sua prevenção, talvez, o fortalecimento dos vínculos interacionais como uma forma de implementar, adequadamente, o desenvolvimento infantil, seja o caminho mais adequado no momento.

Para tentarmos entender um pouco do porquê dessa postura, torna-se importante iniciarmos nossa discussão sobre a pobreza, o abandono e a institucionalização de crianças no Brasil.



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O TRAJETO DA FAMÍLIA URBANA POBRE NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

De acordo com o relatório do UNICEF (1984), a população urbana de países em desenvolvimento crescerá quatro vezes mais do que a de áreas rurais, tendo como referência base o ano de 1975, onde o crescimento de cerca de 840 milhões da população em termos absolutos, será 2,1 bilhões até o ano 2000.

Mesmo prevendo-se um declínio de fertilidade para regiões menos desenvolvidas, o número de crianças nas áreas urbanas continua a crescer, estimando-se que a cifra daquelas com menos de 15 anos de idade aumente de 240 milhões para 433 milhões, para o ano 2000. Levando-se em consideração a estimativa de que as áreas de baixa renda crescem, ao ano, a uma taxa de pelo menos duas vezes mais do que o crescimento total da cidade, até o ano 2000, a persistirem as atuais proporções, a população urbana que vive em pobreza será cerca de um bilhão de pessoas, sendo que um terço estaria abaixo daquela faixa.

Com a recessão econômica mundial, e, a continuar o crescimento urbano nessa proporção, as conseqüências para as famílias pobres em termos de inabsorção da mão-de-obra, diminuição de recursos para os serviços humanos essenciais e qualidade de vida, serão trágicas. Eis alguns dos problemas destacados pelo relatório do UNICEF (1984), referentes às famílias de áreas urbanas de baixa renda: “a) pobreza, baixa renda e desemprego; b)



habitação inadequada e superlotada, e insegurança quanto a sua ocupação; c) alta densidade demográfica, ambiente anti-higiênico; com drenagem inadequada ou inexistente de saneamento e limpeza urbana; d) fornecimento inadequado e irregular de água (além de má qualidade) e acesso limitado a serviços adequados de planejamento familiar; f) altos índices de natalidade, em comparação com famílias de alta renda, e o número elevado de dependentes por adulto empregado; g) atenção inadequada dos adultos para com as crianças, especialmente por parte das mães que trabalham fora; h) baixos índices de alfabetização e de matrículas escolares, e altos índices de evasão; i) crianças trabalhando para aumentar a renda familiar, principalmente no setor informal, para cuidar de irmãos menores, ou para cuidar de si mesmos, no caso de serem crianças abandonadas; j) subnutrição infantil devido a desmame prematuro, diarreia devida a saúde frágil e a condições ambientais, e ausência de renda em dinheiro para manter níveis mínimos de nutrição; k) crianças abandonadas; l) lares com um só cônjuge, chefiados por mulheres, cuja ausência obrigatória para ganhar dinheiro, muitas vezes, separa as crianças de toda a assistência de adultos durante o dia; e m) crianças deficientes”.

Este é o ambiente em que vivem, cada vez em maior número, os pobres urbanos e vão sobrevivendo, a despeito das formas ineficazes com que o governo tenta resolver ou, ao menos, minimizar esse problema.

Conforme observado por Peter Taçon, Consultor Regional do UNICEF (Crianças Abandonadas), nesse relatório, 40 milhões de crianças na América Latina vivem sem família, abandonadas, maltratadas e trabalhando em condições deploráveis na maioria das áreas urbanas.

Por muito tempo, a tônica dos programas para crianças abandonadas enfatizou as instituições; atualmente, verifica-se uma preocupação por parte dos governantes,

que, amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil, propõem a reintegração da criança na família biológica e na comunidade. Além disso, o Código de Menores, Cap.I, art.13. diz: “Toda medida aplicável ao menor visará, fundamentalmente, a sua integração sócio-familiar”.

Entretanto, de acordo com a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor em seu artigo sobre: “A Questão do Menor”(1983), vê-se que : “O bem-estar do menor ocorre no seio de sua própria família; na impossibilidade ou ausência desta... resta, como última opção, a internação em instituição que, em sua organização e funcionamento, guarde a semelhança possível com o ambiente familiar”.

Questiona-se , o final dessa afirmação, ou seja: ... “guarde semelhança possível com o ambiente familiar”. Que tipo de ambiente é esse ? É sabido, conforme relatório do UNICEF (1984), que a situação de pobreza das famílias urbanas é crescente; suas conseqüências também relatadas , como: condições subumanas de moradia, saúde, educação, até a exploração da força de trabalho da criança como fator de sobrevivência. Aliado a esses aspectos, encontra-se também a má qualidade da interação mãe-filho pelo fato da ausência constante ou permanente de um dos pais, pondo em risco a possibilidade futura da reprodução de um padrão familiar sem crises.

Levanta-se aqui uma questão : - existirá um padrão familiar sem conflitos ? Um modelo de família ideal ? Torna-se importante então uma retrospectiva sobre esse assunto.

Se olharmos a História da Humanidade é possível observar-se a preocupação com o seguimento de regras familiares. Desde os antigos escritos hebraicos - no Êxodo, do Deuteronômio, no Eclesiastes, nos salmos e nos Provérbios - é dada à família uma atenção especial.

Seu papel de mediadora, estabelecendo o elo de ligação entre o indivíduo e a estrutura social da qual ele faz parte, é importante para o desenvolvimento e a manutenção desses papéis sociais. Uma sociedade não sobreviverá se os elementos - indivíduos que a compõem - forem insensíveis às suas múltiplas necessidades, como: proteção dos bebês, velhos, gestantes, produção e distribuição de alimentos, a observância das leis e a socialização dos jovens.

As agências de controle social como a escola, com seu sistema de notas, freqüências; a religião, através da promessa do céu para os bons comportamentos e o padecimento eterno para aqueles que não seguirem seus mandamentos; o governo pelas suas leis, mandando para a prisão os que não as seguem e considerando como cidadão correto aquele que paga pontualmente seus impostos. Tais agências, entre outras citadas por Skinner em seu livro Ciência e Comportamento Humano (1985) e não pertinentes neste contexto, possuem suas próprias regras e, no entanto, não são suficientes para motivar o indivíduo a segui-las.

É importante existir um conjunto de forças sociais que desenvolva e fortaleça, no indivíduo, o autocontrole e o próprio controle das outras agências sobre ele. A família cumpre esse papel pois envolve o indivíduo, a maior parte da sua vida social.

Embora em sua função de mantenedora de papéis sociais, a família pode delegar algumas das suas tarefas como, tomar conta dos pequenos, passando-a para escolas maternas, creches, parte de seu papel de socializadora.

Alguns exemplos vistos através da história recente - os kibbutzim de Israel e os kolkhoz na Rússia - indicam a busca de mudanças nos padrões da família tradicional para um padrão ideal - famílias comunais - onde a participação dos pais é pequena, constando de contatos em horários preestabelecidos por essa comunidade. Entretanto, observaram-se tentativas de retorno ao modelo mais “tradicional de família” conforme Goode *apud* Kosminsky (1992), tendo em vista a importância dos valores atribuídos à família por essas sociedades, no sentido da sua “responsabilidade” em funções, como: cuidados, socialização, atribuição e manutenção de papéis sociais.

Aparentemente, mudanças nas funções da família podem alcançar algum resultado positivo, quando existe por parte da sociedade uma forte intenção ideológica, ou pressões políticas fortes. Além disso, mudanças radicais, na família, refletem na sociedade que, por sua vez, é obrigada a novas transformações, não sem focos de tensão, para conseguir, posteriormente, novos ajustamentos por parte dos indivíduos.

A idéia de conceber a família como grupo conjugal natural, a concepção do parentesco e da atribuição de papéis diferenciados como fenômenos “naturais” criou grandes obstáculos para a pesquisa científica. Assim, segundo Durhan (1983), *apud* Bruschini (1986), para estudarmos a família, deveríamos “dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo-a como criação humana mutável” e observando que as relações, muitas vezes coincidentes, que conhecemos atualmente entre grupo conjugal, rede de parentesco, unidade doméstica - residencial, podem se apresentar como instituições bastante diferenciadas em outras sociedades ou em diferentes momentos históricos.



Dados antropológicos sugerem que, se existisse algum grupo “natural”, este seria, quando muito, a mulher e sua prole.

As famílias podem ou não coincidir com o grupo doméstico ou com unidades residenciais. Mas estas tanto podem se restringir aos membros de uma família quanto se ampliar pela inclusão de pessoas relacionadas ou não pelo parentesco, ou mesmo ser formadas por indivíduos que não mantêm, entre si, outro vínculo a não ser os que derivam de um arranjo domiciliar comum.

Embora conteste a existência de um matriarcado anterior ao domínio masculino, Gough (1980), concorda com Engels no sentido de que a família humana teria sido precedida de uma etapa de promiscuidade sexual. Acredita que a vida familiar se teria estabelecido há 500.000 ou 200.000 anos, a partir do uso de utensílios e instrumentos, da descoberta do fogo, logo seguida do cozimento dos alimentos, e da utilização da linguagem. Mas, para ela, é a divisão sexual do trabalho a base para a vida em família: enquanto os homens caçavam e se encarregavam da defesa, as mulheres se ocupavam da plantação e da prole.

Entretanto, conforme estudos históricos, o modelo “nuclear de família” realmente só se consolidou por volta do século XVIII.

Os autores Young e Willmot (1973), descrevem a história da família inglesa desde o período pré-industrial, destacando três estágios. No primeiro, homens mulheres e crianças trabalhavam tanto na casa quanto no campo, e a unidade familiar era, portanto, uma unidade de produção. No segundo estágio, no século XIX, com a Revolução Industrial,

acontece a individualização da venda da força de trabalho. E, por último, já no começo do século XX, a família, bem como sua unidade, é resgatada como unidade de consumo. A vida se torna mais privatizada, a família extensa cede importância à nuclear e, dentro do casamento, os papéis sexuais se tornam menos segregados.

Hoje, na moderna família americana, dois fenômenos estão relacionados com a família e suas relações, e com o casamento : - trata-se da profissionalização do papel de mãe, com base em conhecimentos científicos, e o crescimento de outras áreas da saúde mental, como a psiquiatria, psicologia entre outras.

Freud, teórico funcionalista , diz que a mente é uma estrutura construída na infância, através de um longo processo. Revolucionando o campo científico, esse autor descreveu a sexualidade infantil, demonstrando a influência da estrutura familiar na formação da personalidade e no estabelecimento de vínculos afetivos e emocionais. Como filho de uma sociedade vitoriana que tinha a repressão sexual como ponto importante, Freud baseou-se, para elaborar sua teoria, na família burguesa e nas relações de dominação - homem sobre mulher, pais sobre filhos.

A crença de que este modelo familiar é eterno e universal foi adotada por muitos de seus seguidores, como os funcionalistas norte-americanos, cuja teoria teve grande repercussão dentro e fora de seu país.

Com uma posição oposta à dos funcionalistas, Adorno e Horkheimer, destacam-se como figuras respeitadas na Escola de Frankfurt. Concordam quanto ao aspecto de que a família tem papel de agência socializadora e formadora da personalidade dos

de que a família tem papel de agência socializadora e formadora da personalidade dos indivíduos. A crítica é quanto ao seu papel conservador, o elemento de dominação com a figura central sendo a autoridade do pai sobre o filho.

“ A relação autoridade/família tem a função essencial de fixar, desde a infância, a necessidade *objetiva* do domínio do homem sobre o homem. A família torna-se a terrível matriz dos mecanismos de internalização da submissão, a mais funcional das *agências psicológicas* da sociedade”(Canevacci, 1981:211) *apud* Bruschini (1986).

A família está em crise e conforme Adorno e Horkheimer, perde cada vez mais seu papel de instrutora e educadora. Quando o filho percebe que o pai não mais representa a força, a justiça e a bondade que acreditava, vai em busca do poder e da força na sociedade e no estado. O enfraquecimento da figura paterna na família favorece, segundo pensamento da Escola de Frankfurt, a ascensão dos estados autoritários na Europa, representados pelo Nazismo e Fascismo.

As rupturas a que assistimos hoje são a culminação de um processo de dissociação iniciado há muito tempo. Ele está ligado, em particular, ao desenvolvimento do individualismo moderno no século XIX. Um imenso desejo de felicidade, essa felicidade que o revolucionário Saint-Just considerava uma idéia nova na Europa - ser a gente mesmo, escolher sua atividade, sua profissão, seus amores, sua vida -, apoderou-se de cada um.

Ameaçada, assim, pela efervescência das mudanças, a família tradicional sofre, igualmente, o choque de fatores externos. A obsolescência das técnicas e dos saberes

aniquila as possibilidades de transmissão. Há ruptura em todas as formas de transmissão de “capital”, seja ele econômico, social, cultural ou simbólico.

Virtualmente não se transmite mais quase nada aos filhos: nem fortuna, nem profissão, nem crenças, nem saberes. Os pais fazem triste figura diante dos novos meios de comunicação, como a informática, que seus filhos dominam de olhos vendados. A desigualdade de saberes deixou de ser de cima para baixo: basta ver o número de adultos que freqüentam cursos universitários. Os pais perderam seus papéis de iniciadores do saber de que os filhos precisam, o que altera profundamente o relacionamento familiar.

Vê-se, então, que a família tida como “tradicional”, “nuclear”, nem sempre foi assim. As mudanças foram acontecendo à medida que a sociedade foi-se tornando complexa, e hoje estamos diante de um modelo de família em que os papéis se confundem e fluem entre si. Embora as características descritas anteriormente retratem a família de classe média, podem-se acrescentar inúmeros fatores complicadores quando nos referimos à família urbana pobre.

Conforme visto anteriormente, diante de tantas novas mudanças, a família urbana pobre está inserida num processo de inovações contínuas, sentindo-se limitada, muitas vezes, sem condições de adaptar-se e sequer compreender o que está mudando à sua volta. Além disso, as pressões exercidas pelo novo, pela exigência do consumismo, chocam-se diretamente com a real possibilidade material dessa família. Aliadas a isso, muitas vezes, as barreiras pessoais de alcoolismo, drogas, despreparo, auto-estima rebaixada, história individual comprometida, criam as condições ideais para o abandono dos filhos.

Com tanta adversidade, a sociedade acaba se deparando com outro dado real: a criança sem família, por ter sido abandonada, ou internada em instituições do tipo orfanato.

Neste ponto, podemos perguntar: a criação de novas leis sobre a infância e a família, pode beneficiar a ambas ? Em que medida a criança e sua família podem salvaguardar-se nesse universo de mudanças contínuas aliado à situação de desamparo financeiro e social ?



2.2 QUESTÕES LEGAIS E PSICOLÓGICAS SOBRE O ABANDONO INFANTIL

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) “nasceu “ de uma emenda popular presente no artigo 227 da Constituição Federal, que diz ser a criança prioridade absoluta da nossa sociedade. Após intensa mobilização da sociedade civil, o ECA foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Em 13 de junho de 1989, foi promulgado pelo Presidente da República, entrando em vigor no mesmo ano, a 12 de outubro, no Dia da Criança.

No artigo 2.º DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, é definido que :
“considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e, adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade.” O termo “menor “ foi abandonado pela conotação estigmatizante que nele se insere; entretanto, a própria Constituição nos incisos do artigo 227 e nos artigos seguintes, refere-se a menores. Discordâncias à parte, vê-se, ainda, dentro DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, o 4.º artigo que define os direitos da criança: “à vida; à alimentação; à educação; ao lazer; à profissionalização; à cultura; à dignidade; ao respeito; à liberdade; à convivência familiar e comunitária”. Esses direitos devem estar assegurados conforme Caput do artigo 227 da Constituição Federal, pela família, comunidade, sociedade e Poder Público.

Vemos, no parágrafo acima, que o Poder Público não é o único responsável, então, para fazer cumprir os direitos da criança. Nesse artigo 227 da Constituição Federal, existe uma preocupação com o envolvimento da família, comunidade e sociedade. Talvez,

como parte integrante do processo democrático, em que o envolvimento de todos os setores da sociedade torna-se condição importantíssima para a criação e execução de leis que sejam realmente efetivas para todos.

Entretanto, à comunidade compete a participação efetiva no ECA, elegendo seus membros para Conselhos Municipais, visando, através de discussões de alternativas possíveis, como retirar das ruas crianças pedintes, reconduzi-las à escola, dar-lhes condições de saúde e convívio familiar.

A sociedade civil deve contribuir com sua parcela, no sentido de que entidades sociais tornem possível o exercício democrático, discutindo as reais prioridades e concretizando a aplicação do ECA através da pressão social para se conseguirem mudanças.

É triste, no entanto, observar-se, por parte de pequenos segmentos como o comércio, entidades de classe, pastorais, Conselhos Municipais, o esforço no sentido da transformação e, por outro lado, dados do tipo: “50% do produto interno bruto do Brasil está nas mãos de apenas 10% da população, enquanto que cerca de 30% dele tem que ser dividido entre os 70% restantes”.(ZILIOTTO, 1992:18). Deparamo-nos, outra vez, com a dificuldade em concretizar teoria e prática; ou seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê o direito a uma vida decente para a criança e para o adolescente e sua família, porém, a realidade de um governo insensível quanto a uma distribuição de rendas digna para todos, aliada a uma recessão econômica imposta por décadas e décadas de planos econômicos sem sucesso justamente por ausência de planejamento atrelado à realidade de milhares de assalariados, trouxe as conseqüências perfeitamente previsíveis a médio e longo prazos: - empobrecimento cada vez maior da classe média e a miserabilidade para a antiga classe baixa.

É como se houvesse, então, um “efeito dominó”, pois num estudo feito pela UNICEF e publicado em 1984, existe uma relação linear entre os efeitos da recessão econômica sobre as famílias e suas crianças na América Latina e o crescente aumento nos índices de: a) mortalidade infantil; b) crianças nascidas prematuramente (peso inferior a 2.500g.); c) mortes por desnutrição; d) crianças que sofrem maus tratos; e) crianças abandonadas.

A questão do abandono de crianças está além disso, ligada também, à grande mobilização de famílias do campo para os grandes centros urbanos. Em busca de melhores condições de vida, contingentes de pessoas chegam aos grandes centros, desestabilizando os dois lados: - migrantes e grandes cidades. Chefes de famílias deixam suas mulheres e filhos, contando com um emprego na grande cidade, esperando, brevemente, enviar dinheiro suficiente para trazê-las. O que acontece, entretanto, é que esses centros urbanos já têm seus próprios problemas sociais, não conseguindo a geração de empregos para os seus desempregados e muito menos para migrantes internos com pouca qualificação de trabalho.

Quando mulheres também fazem parte desse número à procura de emprego, vemos que, pelo fato de não mais contarem com seus parentes onde possam deixar seus filhos, acabam usando a internação em instituições como prática regular, como se fosse uma creche. Entretanto, existe uma diferença crucial: - enquanto, na creche, ao final do dia a criança volta para sua casa, sua família, no internato, conforme as normas, a criança fica durante toda a semana e, às vezes, pode ser impedida de ver sua mãe.



Sabe-se, através da literatura psicológica e de estudos conduzidos por diferentes teóricos e correntes psicológicas, dos efeitos deletéreos sobre a criança em desenvolvimento quando a ausência materna ocorre a curto e a longo prazos, como problemas psicossomáticos que, segundo Bowlby (1964 *apud* Campos, 1981), vão desde “distúrbios orgânicos, déficits intelectuais, depressões, falta de controle emocional, ausência de verdadeiros sentimentos, uma indiferença apática a qualquer relação afetiva, incapacidade para estabelecimento de laços de amizade, atitude evasiva, roubo, mentira, ausência de sentimento de culpa, falta de concentração no trabalho escolar, incapacidade de confiança em companheiros de um mesmo grupo, isolamento afetivo, hipercinésia, distração, incapacidade conceitual, especialmente em relação ao tempo (dificuldade de recordação, lembrança e projeção do futuro)”. Essas e outras características ainda definidas pelo autor, são denominadas de psicopatia resultante de carência afetiva.

A falta de alguém significativo no início da história de desenvolvimento de uma criança faz com que não haja um modelo de identificação tão importante no começo da sua socialização e no desenvolvimento de sua personalidade.

A psicanálise fala da primeira expressão de laço emocional com outra pessoa, o que permite um desenvolvimento de personalidade saudável.

Na psicologia social, a identificação é um processo explicativo de fenômenos dentro de um mesmo grupo como: coincidência de valores, atitudes e crenças.

Skinner, psicólogo e teórico do behaviorismo analítico-funcional, diz que para se expressar o mundo sob a pele (sentimentos, vontades), torna-se necessário o outro

(significativo) para ensiná-lo a identificar e nomear os eventos privados (relacionados ao sentir).

Destaca-se, assim, através de correntes psicológicas diferentes um ponto em comum: necessidade de uma ligação afetiva primária como garantia de formação da identidade e de uma personalidade socialmente equilibradas.

Outro ponto importante a ser destacado, é o capítulo reservado ao “Direito à Convivência Familiar e Comunitária” no Estatuto da Criança e do Adolescente. Sabemos do incontestável valor da família como o lugar inicial que “imprime” à criança seu valor como indivíduo único, como referente à alguém, como pertencente ao seu grupo pessoal. No entanto, que alternativas famílias castigadas pela pobreza poderão dar a seus filhos, senão a continuidade da pobreza e a ausência de perspectiva de futuro ?

Acreditamos que a solidariedade existente entre outras pessoas (parentes, vizinhos) que convivem com essas famílias e, portanto, sofrem do mesmo mal - “pobreza”- podem ajudar nos cuidados das crianças e assim, não separá-las da sua família biológica, o que é de grande ajuda para o desenvolvimento saudável dos filhos. Mas, e quando isto não ocorre ?

O que geralmente não analisamos profundamente é que quando dizemos que uma criança é abandonada, em sua retaguarda está uma família também abandonada. Como, então, sanar essa lacuna ? Mais uma vez, o ECA prevê o retorno da criança abandonada à sua família. Como entretanto, ela irá receber seu filho, se faltam-lhe condições mínimas de sobrevivência ?

Talvez o foco de análise do problema deva ser mudado: para reverter o quadro do abandono infantil é preciso melhorar as condições de trabalho, ganho, da saúde e de educação da família. Novamente estamos chegando a um ponto em comum: não basta uma política de descentralização de atendimento prevista no ECA em que são envolvidos comunidade local, membros importantes de clubes de serviços, segurança, pessoas para compor os Conselhos Municipais, governo estadual e federal.

É preciso a articulação entre esses setores para viabilizar ações que possam realmente ser efetivas e que venham beneficiar as crianças e suas famílias.

Acreditar que a discussão contínua das prioridades de cada município é possível, é crer conseguir-se fazer pressão no sentido contrário: ou seja, se, juntos, cada setor dessa comunidade mostrar ao poder público o que é prioritariamente importante em termos de educação, saúde, segurança e emprego, talvez nossos governantes consigam, através de seus deputados, novas alternativas que sejam rapidamente transformadas em leis para que nossos senadores as tornem efetivas e aplicáveis a curto prazo através de políticas sociais básicas.

Tudo isso já foi tentado ? Sabemos que sim, mas de forma isolada e assistencialista. Hoje, temos um instrumento legal que nos respalda no sentido de que, fazendo nossa parte, temos agora como exigir o cumprimento do ECA.

Já se vislumbram algumas mudanças em municípios de médio porte e é importante que haja a preparação de pessoas no sentido de apoiar e auxiliar as famílias pobres e suas crianças.



Por outro lado, como é possível se não se resolverem, pelo menos minimizarem, situações em que a criança é abandonada em instituições ? Podemos afirmar que a institucionalização é totalmente negativa para a criança que foi abandonada pela sua família ?

Uma discussão sobre a origem e os tipos atuais de instituições é importante para a compreensão e as possíveis soluções do problema.



2.3 AS INSTITUIÇÕES TOTAIS E O LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA

O que caracteriza um ambiente de uma instituição total, é conforme Goffman (1974) definiu, o fato de ela ser “fechada”, isto é, a partir da própria construção, observa-se a presença de barreiras físicas que impedem o contato social daqueles que lá estão, com a comunidade externa. Dentro desse aspecto, situam-se as prisões, manicômios, conventos, escolas tipo internatos, seminários, etc.

Além da barreira arquitetônica, existe, no seu interior, uma forma de funcionamento padronizada, a qual o interno deve se ajustar para a convivência “harmoniosa” com os outros internos e com a própria equipe administrativa.

Ao tentar relacionar as normas de funcionamento de uma instituição total, com os valores e normas aprendidas por uma criança, adolescente ou adulto que lá entram, observamos uma necessidade “enorme” de “ajustes” destes, em relação à nova realidade. Desde a limitação quanto às saídas dos seus internos para o convívio na comunidade externa, até a possibilidade reduzida do recebimento de visitas, sejam de parentes ou conhecidos.

A imposição de regras, na maioria das vezes rígidas, deve tornar possível a “compreensão” e o “acendimento” de todos que lá entram; o uso de uniformes, outra “exigência” muito comum nesses lugares, favorece a “rápida identificação” de seus internos, em caso de necessidade. Fazendo parte dessa realidade, está também a ausência de privacidade, desde a higiene pessoal, com seus banheiros e chuveiros em boxes sem portas; os dormitórios coletivos, estantes abertas com repartições sem nomes, onde os poucos “pertences” do

indivíduo devem dividir espaços com os de outros internos. Igualmente, em instituições do tipo orfanatos, brinquedos pouco estimulantes, muitas vezes quebrados e em número sempre menor que sua população, são disputados avidamente pelas crianças, sem qualquer orientação.

Essas são algumas entre inúmeras outras realidades que um bebê, uma criança, um adolescente ou um adulto se depara ao ser internado em uma instituição do tipo total.

Algumas autoras como Marlene Guirado (1986), Maria Lúcia Violante (1985), estudaram as instituições para crianças abandonadas e infratoras, concordando que instituições totais não são adequadas para o desenvolvimento psicossocial dessas crianças.

A afirmação de que a qualidade e a quantidade de afeto dado a essas crianças é inferior pois tratam-se de cuidados profissionais limitados em tempo, em baixos salários, em despreparos profissionais e aspectos pessoais, são complementadas com descrições de rotinas repetitivas, com pouca ou nenhuma estimulação quanto à escolaridade. Além disso, as próprias crianças vão para as instituições como última alternativa e lá chegam após terem tentado, em vão, a adaptação em casas de parentes e vizinhos. Chegam, segundo as autoras, já estigmatizadas do “mundo lá fora” como “desadaptadas”, “irrecuperáveis”, “trombadinhas”, “malandros”, levando para o “mundo interno” da instituição tais rótulos e recebendo outros tantos do pessoal técnico. Dessa maneira, a instituição jamais poderia recuperar e encaminhar para o “futuro” tais crianças.

Vê-se, então, na posição das duas pesquisadoras acima citadas, uma posição contrária à internação de crianças em instituições assistenciais totais. Marlene Guirado

apresenta dois trabalhos: um referente a relação da FEBEM com a criança; o outro, diz respeito às representações feitas pelos funcionários da FEBEM sobre o seu trabalho nessa instituição. Analisou também, as representações feitas pelas crianças e adolescentes internados na FEBEM sobre as suas vidas dentro e fora dessa unidade.

Maria Lúcia Violante, estudou menores “abandonados” e “infratores” acima de 14 anos, de diferentes unidades da FEBEM. Seu interesse tinha, por objetivo, compreender a “identidade do menor institucionalizado no aspecto psicossocial”.

As conclusões chegadas pelas autoras, são de que as instituições, longe de ressocializar as crianças e adolescentes, acabam “reproduzindo” a condição de “abandono”, impondo através de suas normas instituídas, a perda da subjetividade, imprimindo uma “domesticação” muitas vezes através da força física, punições, às quais uma pequena porcentagem de internos ousa se insurgir. Assim, em nome da “disciplina”, “uma técnica de exercício de poder que foi, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII”, (Foucault, 1982:105), descreve como essa prática é vista através da História desde a Legião Romana até os séculos XVII e XVIII. Entretanto, seus mecanismos eram isolados entre si, como, por exemplo, nos mosteiros, nas “grandes empresas escravistas existentes nas colônias espanholas, inglesas, francesas, holandesas, etc” (Foucault, 1982:105).

A partir do século XVIII, portanto, essa técnica passa a sistematizar-se como forma de controle e manipulação dos aglomerados humanos. No exército, na escola, passam a fazer parte de uma preocupação com a distribuição espacial dos indivíduos. O interesse pelo exercício físico para o treino dos soldados, o ensino coletivo dado simultaneamente, são novas



maneiras de submetê-los à força do poder, que é divisório, classificatório e que os utiliza ao máximo de suas capacidades.

Sabemos que essa disciplinarização de espaços é fator de isolamento e segregação; no entanto, até que ponto podemos dizer, de forma generalizada, que em nossos dias “todas” as instituições que abrigam crianças que foram abandonadas pelos seus familiares, são responsáveis por um desenvolvimento infantil incompleto, pernicioso e estigmatizante ?

Resultados diferentes foram encontrados por Kosminsky (1992) em seu trabalho com quatro entidades estudadas em São Paulo- a UE-2 da FEBEM e a Comunidade Jardim Rubiano e no interior do mesmo estado, a Associação Filantrópica de Marília e o Lar Amélia Boudet.

Das quatro entidades estudadas, nas duas situadas na Capital do Estado, maiores, foram observados comportamentos como: contar mentiras, malandragens, atribuição aos outros pelos próprios erros, colocar cadeados em armários ou gavetas embora em pequeno número. Nas outras duas, de dimensão menor (Associação Filantrópica de Marília e o Lar Amélia Boudet), tais comportamentos não foram encontrados, o que reforça a idéia de que o espaço físico é fator importante na “determinação das condutas” conforme Kosminsky(1992), porque a possibilidade de dar atenção às crianças, é melhor distribuída. O fato de nas quatro instituições pesquisadas as crianças irem sozinhas à escola ou acompanhadas de uma criança mais velha sem se registrar nenhum caso de fuga, indica que encontram segurança e satisfação ao nelas residirem.

Além disso, Kosminsky assinala que a criança é extremamente perceptiva das imperfeições de sua família e que as crianças da Comunidade Jardim Rubiano pediram a suspensão das visitas semanais às famílias, indicando, assim, que algo arriscado estaria ocorrendo entre elas e seus familiares.

Observamos três trabalhos com crianças abandonadas e infradoras, com resultados diferentes entre si. Evidentemente, precisamos relativizar nossas conclusões teóricas, já que trabalhamos dentro de um universo que, embora mantenha relações poliádicas com um sistema social (grupo familiar, grupo de funcionários, grupo de técnicos, coordenadores, voluntários, escola, vizinhança), guarda características socialmente construídas nessas relações, mas que lhe são próprias e únicas.

Talvez devêssemos procurar um caminho intermediário entre a impossibilidade de a criança permanecer com seus pais biológicos e os efeitos negativos do internamento em instituições totais do tipo orfanato.

Pesquisadores acompanham, longitudinalmente, modelos de instituições diferentes e verificam as influências sobre o desenvolvimento das populações estudadas. Modelos de “família comunal” são tentados na Europa, com internos maiores de idade sendo responsáveis por um grupo menor de crianças. Casas-lares procuram, através de pais substitutos, reproduzir a “família nuclear”; instituições buscam, dentro da escassez e despreparo de pessoal, um contingente maior de pessoal técnico, criando monitores para grupos menores de crianças na tentativa de dar-lhes um pouco mais de afeto.

Acredita-se que novas fórmulas continuarão sendo tentadas enquanto as conhecidas estiverem em ação. Qual é a melhor ? Sabemos que a resposta para essa pergunta não pode ser respondida no singular, pois, no processo de socialização, a criança desenvolve, segundo Berger & Berger (1976) , “uma interação não apenas com o próprio corpo e o ambiente físico, mas também com outros seres humanos. A biografia do indivíduo, desde o nascimento, é a história de suas relações com outras pessoas”. Além disso, esses autores citam Mead, dizendo que: “os grandes protagonistas do drama da socialização são os outros significativos”(pessoas mais emocionalmente próximas a ela).

Deve-se, assim, procurar um caminho nas relações entre a criança e as pessoas que partilham da rotina das mesmas nas instituições. As preocupações com a disciplina rígida, com o cumprimento de regras, com a vigilância, talvez devessem ser relaxadas e a busca da comunicação afetiva nessa relação seria o mais importante. O apoio psicológico desses grupos poderia diluir defesas pessoais do “envolver-se com o outro”, desenvolvendo a expressividade emocional de sentimentos positivos e negativos de forma adequada; o lidar com a separação, com perdas, mortes, baixa auto-estima, valorização pessoal, desejo de mudar.

Michele Perrot (1993) diz que a família está mudando e uma nova família surge buscando o calor humano, não importando muito onde ela está e quem são seus componentes.

Procuramos, então, nesse trabalho, manter mais possível o olhar curioso daquela que busca através da inserção nessa realidade institucional, respostas, não para ajustá-las a um único referencial teórico, mas para tentar analisá-las conforme essa realidade nos

permita: sem posições tendenciosas, procurando respeitar e conservar o mais possível, suas características naturais.

Passamos agora, a descrever uma realidade institucional com aspectos funcionais e espaciais “aparentemente” diferentes das instituições descritas anteriormente.

SOBRE O LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA

O nome Anália Franco merece um destaque especial, pois foi através dessa educadora que viveu no período de 1856 à 1919, que crianças abandonadas - filhas de escravas que após a Lei do Ventre Livre não mais serviam para o trabalho nas fazendas - eram salvas da “Roda”^{*} na Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro.

Anália criou, então, a sua primeira e original “Casa Maternal”, onde recebia todas as crianças que lhe batiam à porta, levadas por parentes ou apanhadas à beira dos caminhos. Criou, também, “escolas maternais” e “escolas elementares”, cujos cursos sobre a infância eram destinados a desenvolver, nas crianças, o afeto, a moral, instruindo-as ao mesmo tempo.

Inspirado, então, nessa grande educadora, o Lar Anália Franco de Londrina foi fundado em 12 de julho de 1953, por pessoas espíritas, maçônicas e a sociedade. É uma Sociedade Civil de caráter Filantrópico, que tem, como objetivo, acolher, amparar, educar, preparar gratuitamente na forma de abrigo e creche, a criança órfã e abandonada, de ambos os

^{*} Roda ou Roda dos Expostos: nos asilos e orfanatos, espécie de caixa giratória onde se colocavam as crianças enjeitadas. FERREIRA, A.B. de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Ed. Nova Fronteira, RJ., 1ª ed., 15ª impressão.

sexos, de modo a torná-la útil à si própria e à sociedade, dando-lhe, ainda, atendimento necessário, inclusive instrução fundamental, profissional, formação moral e social.

Atende, aproximadamente, duzentas e cinquenta crianças, em regime de creche e abrigo, através da Casa Sede e Unidades de Permanência (Casas-Lares). Os grupos de crianças são divididos de acordo com a faixa etária, de zero a seis anos, de sete a onze anos, de doze a dezoito anos, sempre que possível, mantendo o vínculo familiar. Dentre as citadas, algumas têm rebaixamento mental leve ou severo, freqüentando escolas especiais na região, além de alguns internos, na mesma situação, mas maiores de dezoito anos.

Através do sistema de creche, beneficiam-se as famílias de baixa renda, com crianças de zero a onze anos, garantindo toda assistência necessária no campo da educação, alimentação, higiene, saúde e lazer, contando com pessoas especializadas para o atendimento dessas áreas.

A Entidade mantém-se em funcionamento, a partir de contribuições da comunidade, donativos diversos, contribuições de Poderes Públicos em forma de subvenções, auxílios, convênios, e de rendas obtidas através de atividades comerciais como: bazar de usados, ferro-velho, horta, marcenaria, tapeçaria. Em alguns setores, existe a participação dos menores, na condição de aprendizes.

Os setores que compõem o Lar Anália Franco bem como o número de funcionários em cada um, são: **setor de coordenação geral (2); setor de serviço geral (1); setor de orientação educacional (12); setor administrativo (4)** envolvendo a **contabilidade, tesouraria, pessoal e recepção**. Conta também com o **setor de eventos** que envolve a ajuda



de todos os funcionários, diretores e voluntários; **setor jurídico**: conta com o auxílio voluntário de dois advogados; **setor de iniciação ao comércio** (2) agrega os trabalhos com Bazar Beneficiente, Marcenaria, Tapeçaria, Ferro-Velho. O **setor de serviços gerais** (10), que engloba as seguintes divisões: cozinha centralizada, almoxarifado, lavanderia , Higiene e Rouparia. O **setor horta** (1) com produção de verduras e legumes para o uso diário. O **setor de unidades de permanência**: a experiência com casas-lares, sendo uma unidade de plantão, sob a responsabilidade de casais. Além das cinco casas, mais duas que não abrigam crianças mas são habitadas por casais com funções no Lar.

As crianças passam o dia na Casa Sede, em regime de creche, onde recebem o mesmo tratamento dos semi-internos, e retornam às casas-lares no final do dia, com exceção dos sábados, domingos e feriados, em que permanecem nas casas e recebem amigos e visitas dos familiares.

Finalmente, o **setor de saúde** (3) composto de dentista, higienista que prestam serviços odontológicos (são remunerados pela Prefeitura Municipal da Cidade) e uma enfermeira que cuida dos problemas relativos a machudados, febres, resfriados, piolhos, sarna. A enfermeira é registrada e paga pelo Lar.

Concluindo, o Lar Anália Franco conforme descrito acima, possui casas-lares cuja principal característica é ser, para a criança que foi ali internada, seu lar substituto.

A seguir, passaremos a definir o que é uma família substituta, como a encontramos no Lar Anália Franco de Londrina.



2.4 QUEM É A FAMÍLIA SUBSTITUTA ?

Macedo (1994:64) cita que : “considera-se suficientemente boa a família que provê um ambiente saudável em termos de impacto das relações mãe-criança, pai-criança, enfim, relações entre todos os que são significativos. Dessa forma, a criança terá, na família, suporte e provimento afetivo (além, é claro, do de subsistência), o que a torna um lugar seguro para crescer”.

Quando o autor acima descrito refere-se à boa família como aquela que, nas relações desse ambiente, consegue transmitir à criança o afeto significativo, diz-se que o desenvolvimento infantil se fará de forma segura e saudável.

Numa instituição de crianças cuja característica é o modelo de família nuclear, temos então, a família substituta. Seria essa família a substituta ideal para a criança considerada abandonada ?

Alguns autores já disseram que privações também acontecem nos lares naturais, em que mães interagem insuficientemente com seus filhos ou o fazem de maneira pouco estimuladora, causando, portanto, danos psicológicos tão sérios quanto o abandono.

Em lares substitutos tanto quanto em lares naturais, portanto, é possível encontrarem-se formas de relacionamento entre larista/criança, mãe/filho, crianças/filhos biológicos, crianças/crianças, que podem ser positivamente estimulantes ou restritivas.



Ao descrever-se a família substituta, é importante ter-se presente que nessa rede polidiádica de relacionamentos, precisa-se compreender essa formação nuclear, ou seja, quem são essas pessoas que optaram por ser o modelo de família para crianças que nem sequer conhecem ? Que expectativas tinham, para si, ao aceitarem o emprego de laristas ?

Como lidaram com seus limites pessoais diante de um ambiente diferente do que estavam acostumadas ? Como as regras da instituição foram compreendidas e assimiladas por elas ?

Que tipo de sentimento de frustração experimentaram e como lidaram com ele, quando crianças e adolescentes se rebelaram contra uma ordem dada ou mesmo se negaram a responder a uma pergunta de rotina ?

Como é possível igualar carinho, maneiras de falar, formas afetivas de tratar os filhos biológicos de uma idade menor, quando observam, nos filhos adotivos presentes no mesmo ambiente, um comportamento enciumado querendo o mesmo tratamento embora sem repertório para aproximar-se e também ser acarinhado ?

E quando vem para sua unidade um bebê nem sempre saudável que lhe rouba horas de sono por meses seguidos, para finalmente saudável, risonho, reconhecer o casal como um elo afetivo poderoso, ser adotado por outra família ? Como lidar com essa perda ? Ou mesmo, quando um bebê prematuro é encaminhado para o casal e após dias e noites de corridas para hospitais, melhoras temporárias, acontece a sua morte ?

A sensação de impotência toma conta embora talvez o casal respire aliviado, pois haveria ainda muito sofrimento e muitas noites em plantões de hospitais por vir.

Essa família é parte de um sistema maior que é a instituição, cujas normas deve obedecer, mesmo não concordando. Sua atuação, principalmente em relação a castigos, brigas, desobediências, escola, tarefas, passam por outras relações nem sempre compreendidas, ou quando o são, muitas vezes discordadas mas, “aceitas”.

As colocações feitas até agora são parte de uma realidade institucional que sabemos não ser perfeita e que, no entanto, possui poucos casos de crianças e adolescentes considerados “problemas”. Alguns adolescentes mostram-se rebeldes, sendo trocados várias vezes de unidades com a esperança de acerto com outros laristas. Com raras exceções, essas mudanças são prejudiciais no que se refere ao motivo da troca. No entanto, outra vez quebra-se o vínculo que, se não estava formado com o casal larista, poderia existir com seus irmãos biológicos e mesmo com as outras crianças dessa unidade.

Existe uma família substituta ideal ?

Acreditamos que não; assim como não existe uma família natural também ideal. Ela é considerada ideal para a criança que se sente segura em seu interior. A base de um desenvolvimento saudável é um relacionamento seguro; é o sentir-se aceito pelo outro significativo seja ele a mãe biológica ou substituta.

Muitas vezes existe o problema da competição entre as crianças das unidades e os filhos biológicos do casal. O relacionamento torna-se difícil quando o casal não é sensível a esse problema, potencializando o ciúme entre as crianças. É preciso distribuir o carinho de tal maneira que o filho biológico não se sinta rejeitado.



Pelas experiências com alguns casais de laristas, os melhores resultados sobre competições pelo afeto têm sido conseguidos com casais mais velhos de instituição, com baixo nível de escolaridade mas com comportamento assertivo em relação aos próprios filhos e aos filhos adotivos da unidade. Isto é, tanto carinho quanto castigo é dado de maneira equilibrada para os filhos biológicos e adotivos : passeios, festas de aniversários, presentes, carinhos, não ficam reservados apenas aos filhos biológicos. Aparente fórmula ideal mas que na realidade é tão difícil de ser conseguida.

Assim, nessa rede complexa de relacionamentos interpessoais, o casal vai aprendendo a lidar com cada criança e com seus próprios filhos, de maneira especial. Alguns não conseguem desenvolver essa sensibilidade e acabam deixando as unidades. Outros permanecem e se protegem de futuras perdas, dando preferência àquelas crianças com problemas físicos, mentais, neurológicos.

Pensa-se muito nos limites pessoais de cada casal e o quanto eles podem prejudicar ainda mais as crianças internadas em suas unidades, mas pouco ou nada se sabe sobre como eles se sentem quando apegados às crianças de sua unidade ou mesmo de outras unidades de sua convivência, ao verem as mesmas saírem para adoção, sejam bebês ou pré-adolescentes.

Não se trata de apologia à missão humanizadora da família substituta mas de uma tentativa para olhar, com os olhos da realidade, essa questão nada simples:- receber filhos alheios nem sempre bonitos, perfeitos, para fazê-los seus filhos, ensinar-lhes a serem alguém

com carinho, mostrar-lhes que são tão importantes para alguém, não importando o quanto lhes custe.

Podemos dizer que a “maternagem”, o “tornar-se mãe”, não é um processo inerente na espécie humana. Entretanto, será possível identificar mesmo em culturas diferentes, padrões de comportamentos maternos que nos dêem algumas “pistas” sobre a melhor maneira de criarmos nossos filhos - sejam eles biológicos ou “do coração” ?

Passaremos agora, à discussão desse assunto.



2.5 PAPEL MATERNO ATRAVÉS DOS TEMPOS E A CONCEITUAÇÃO DE APEGO

Têm-se verificado enorme variação no que se refere à maternagem através dos tempos. Culturas diferentes dão a esse papel importâncias relativas. Mudam-se as formas de maternagem, e em sociedades primitivas indígenas observa-se o costume de carregar, junto ao corpo, o bebê por longo tempo, além da presença constante dos pais nos primeiros anos da infância.

Encontramos, nessas sociedades, a convivência constante da criança junto aos adultos e outras crianças, o que favorece uma riquíssima gama de oportunidades em termos de estimulação corporal, facilitando o desenvolvimento motor, o afetivo pelo contato direto corpo a corpo, toque a toque, além da amamentação livre. Outros aspectos do desenvolvimento que se tornam beneficiados são o cognitivo, a linguagem, pois o bebê é participante ativo através da observação e audiência possível pela oportunidade constante que os adultos lhe proporcionam.

Parece ser também possível uma passagem da infância para a vida adulta sem aparentes danos psicológicos e afetivos pois as normas dessas sociedades incorporadas desde cedo pelas crianças através desse convívio íntimo faz essa mudança sem grandes obstáculos, já que a presença constante de pessoas importantes para a criança, faz-nos supor um fator protetor responsável por essa garantia.

Hoje assistimos assustados, comunidades indígenas inteiras sendo dizimadas pelo álcool, doenças venéreas e como um último grito, o suicídio de jovens índios. Sabemos o que provocou tudo isso e, sentimentos de culpa à parte, conseguimos numa análise rápida, detectar a falta anterior desse contato íntimo entre o adulto índio e sua prole já sob os efeitos da civilização branca.

Essa análise psicológica simplista e ousada, é feita com base na realidade a que hoje temos acesso pelos meios de comunicação e pela própria literatura que aponta claramente a quebra do equilíbrio de uma sociedade pela invasão de outros costumes e vícios levados pelos brancos.

Em outra sociedade também indígena um costume nos chama a atenção:- os adultos próximos à criança, amedrontam-na através de movimentos bruscos tais como jogá-la para cima, beliscá-la, como talvez uma forma de mantê-la submissa e obediente aos pais e à comunidade numa fase posterior da vida, tendo essa mesma comunidade, dessa maneira, garantias de que suas normas continuariam a ser respeitadas.

Nessas condições, podemos afirmar sob o ponto de vista de nossa cultura, que muito provavelmente a relação de apego aí estabelecida tenha sido baseada no medo.

Certo ou errado não temos dados para julgar se esse tipo de relacionamento entre os adultos e a criança seja maternal. Não temos informações sobre que adulto essa sociedade criou e se ainda hoje é possível observarem-se tais hábitos.

O que, no entanto, parece comum entre o costume referido anteriormente e os hábitos da sociedade francesa dos séculos XVI e XVII, é a pouca importância dada à criança.

Elisabeth Badinter (1985) em seu livro: “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, nos mostra que a criança antes de 1760 era às vistas de seus pais, apenas um estorvo às atividades sociais da mãe principalmente. Dado que a autoridade do pai e marido prevalecia, dispondo ele da maneira que melhor lhe aprouvesse da mulher e da criança, conforme a classe social a que pertencessem, a mãe, assim que dava a luz, desfazia-se do bebê entregando-o à ama sem muita preocupação em saber as condições de saúde da mesma.

A mulher de classe social baixa, pela necessidade de auxiliar o marido no açougue ou padaria e aliada aos poucos recursos financeiros, em sua grande maioria, perdia contato com as amas, ou somente tinha notícias após a morte da criança - coisa muito freqüente - dado às péssimas condições de saúde e de dinheiro das amas. Estas por sua vez, como sobrevivência, aleitavam várias crianças ao mesmo tempo, em troca de dinheiro e ao próprio filho pouco sobrava, sendo acrescentado à sua dieta já fraca, uma papa de pão misturada a vinho azedo.

Se esse procedimento era comum na classe pobre por força da necessidade de trabalho da mulher junto ao marido, para as mulheres aristocráticas a prisão a que vislumbravam submeter-se após o nascimento de um filho, alidado à visão depreciativa do aleitamento natural, fazia com que, já ao final da gravidez, recrutassem amas-de-leite a um custo muito baixo, sem qualquer preocupação com a história de doenças que muitas vezes eram parte da vida promíscua dessas amas.

Sendo uma família rica, existia a possibilidade de arranjar amas mais próximo de onde moravam, caso contrário, os bebês eram obrigados a viajarem em carroças, deitados sobre palhas por longas distâncias, não importante o pouco tempo de nascimento e mesmo as condições do tempo.

As crianças que conseguiam sobreviver a tais provações, se menina, após o tempo para desmame, em média quatro ou cinco anos, eram entregues para governantas em sua própria casa. Se menino, até os seis ou sete anos eram entregues também a uma governanta e depois para um preceptor cujo papel era o de fornecer educação básica como: ensinar parcamente a ler e escrever, um pouco de latim, algumas noções de geografia e história. Entretanto, a escolha do preceptor não era diferente da escolha da ama: geralmente fazia parte da criadagem tal como o lacaio ou o escudeiro. Outras vezes, optava-se por jovens seminaristas pobres que por 300 libras de honorários anuais, preenchiam os requisitos.

De maneira geral, o tipo de relacionamento entre pais e filhos e em especial entre mãe e filho, restringia-se a pouco tempo, no máximo uma hora ao dia conforme conveniência da mãe, e as frases maternais limitavam-se a como estavam vestidas ou à palidez das crianças. Era consenso esse distanciamento como garantia de respeito e submissão por parte das crianças.

Badinter escreve que existia uma convivência entre pai e mãe, ricos e pobres sobre o afastamento da criança da família, dando-nos a nítida impressão de que não havia qualquer tipo de pressão moral ou social para que agissem de forma a exigir postura diferente desta.

Esse distanciamento e frieza dos pais em relação aos filhos ainda no século XVIII, se não generalizado, contava com algumas excessões.

No fim do século XVIII conforme BADINTER (1985:145), ocorre uma mudança de mentalidades. “A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar”.

Houve, progressivamente, uma mudança no foco de interesse ou seja, da autoridade (pai), para o amor e a mãe passou a ser ressaltada como figura importante, enquanto o pai, aos poucos, vai perdendo esse lugar. Ao mesmo tempo, a preocupação do Estado com as mortes infantís na primeira infância, direcionam moralistas, administradores e médicos sensibilizando as mães com relação ao aleitamento em troca do discurso da felicidade e da igualdade, base sólida da filosofia das Luzes.

Essa responsabilidade parental é acentuada no século XIX e se solidificará no século XX, pelas mãos da teoria psicanalítica que mudará o conceito de **responsabilidade materna** para o de **culpa materna**.

A família se fecha em torno de si mesma, surgindo aí a família nuclear, tornando o espaço físico das casas confortáveis e aconchegantes, dando aos pais e filhos oportunidades de reunirem-se em torno da lareira doméstica.

O modelo de mãe extremosa conforme defendeu Rousseau mesmo que não seguido integralmente, trouxe um forte impacto sobre elas. Além disso, a transformação em

culpa de acordo com Freud, para aquelas que não seguiam o modelo imposto da “natureza feminina”, com as características da boa mãe, levou as mesmas a uma submissão muitas vezes silenciosa, algumas tranquilas, outras frustradas e infelizes.

Finalmente BADINTER (1985 p.239) afirma que: “Dois séculos depois do rousseunismo, o projeto desloca-se de novo para o lado do pai, não para devolver a mãe à obscuridade, mas para melhor iluminar, pela primeira vez em nossa história, o pai e a mãe ao mesmo tempo”.

Encerra dizendo que não podemos afirmar que a confusão de papéis porque pai e mãe não oferecem mais referenciais sexuais diferenciados será prejudicial para a criança como afirmam os psicanalistas.

Deixa uma pergunta: será que a desordem criada pela confusão de papéis não será a origem de uma nova ordem mais rica e menos coerciva ?

Novamente estamos pagando para ver. Algumas décadas futuras tornarão possível tais respostas.

O que vemos hoje são famílias cujos pais passam o dia todo fora para ganharem o sustento financeiro suficiente ou nem sempre, para darem aos filhos todas as comunidades materiais do nosso final de século: casa confortável com eletrodomésticos sofisticados, educação elitizada, roupas da moda, informatização domiciliar, além de observar-se não sem preocupação, a dependência emocional aumentada em nossos filhos para a competência necessária de um futuro independente cada vez mais distante.

Temos também a presença cada vez mais freqüente de famílias chefiadas apenas pela mulher, ou porque a conquista feminina as tornou independentes dos homens financeira e pessoalmente, tendo filhos sendo solteiras ou, pelo divórcio, cabendo às mesmas a responsabilidade na educação e criação dos mesmos.

Vemos, também, às vésperas desse final de século, uma grande camada da população em estado de miséria absoluta com famílias nucleares ou monoparentais se desintegrando, e, desse caos, crianças transformando-se em adultos sem qualquer expectativa de futuro.

A busca de uma referência não importa se unissexual no desempenho de papéis torna-se importantíssima. Novamente a insistência em alguns pontos pode ajudar : uma pessoa não importa o sexo, que seja para a criança fonte de afeto e base segura para tornar o seu ambiente não importa se rico ou pobre, um lugar de referência positiva.

Além disso, um mínimo de condições materiais e financeiras bem como um emprego digno para viabilizar a estabilidade desse grupo de forma regular e contínua nessa sociedade.

Enquanto as questões governamentais referentes a como equacionar o problema social gravíssimo da falta de emprego, aspectos salariais condizentes com as funções desempenhadas, educação como direito básico de todos, sistema de saúde que realmente auxilie quem dele precisa, caminham a passos lentos, emperrando no Congresso pela

burocracia sem fim, têm-se a realidade de famílias cujos vínculos biológicos e afetivos se romperam por não conseguirem a sobrevivência mínima e digna como cidadãos.

Esses filhos abandonados à própria sorte, muitas vezes não conseguem manter os vínculos afetivos com a família que os entregou a orfanatos e, pela própria história de perdas, passam a ser inábeis em estabelecer novos vínculos com outras pessoas, criando um círculo vicioso:- ausência de um objeto de apego, levando a não formação de um vínculo afetivo seguro, que por sua vez não possibilita futuramente o desenvolvimento de novos vínculos com outras pessoas.

É importante, portanto, a conceituação bem como a diferenciação entre apego e comportamento de apego para compreender-se a base da competência social nas relações interpessoais.

“Um conjunto de comportamentos por meio dos quais o indivíduo inicia ou mantém uma relação afetiva estável com um ou mais indivíduos do seu grupo social”. (Schaffer, 1971 *apud* Bowlby, 1984).

A característica básica do comportamento de apego é a busca da proximidade e apoio à pessoa que é objeto de apego. Envolve comportamentos proximais (contatos físicos, toques) e distais (olhar em direção à, sorrir, vocalizar, etc).

Como reação à separação da pessoa objeto do apego, observa-se perturbação emocional e protestos.



O comportamento de apego surge no primeiro ano de vida da criança, mais intensamente no segundo semestre, permanecendo durante a primeira infância, diminuindo e modificando suas formas de expressão entre 3 e 4 anos de idade.

A partir daí, torna-se menos intenso e modifica-se como parte importante do relacionamento humano. Com a adolescência e, mais tarde, na vida adulta, o apego vai-se transferindo para outros relacionamentos, como parte importante do convívio social afetivo entre as pessoas.

Autores defendem que o ambiente social onde a criança cresce, define a amplitude das relações de apego.

Assim, uma criança criada em um ambiente restrito, com poucas pessoas para estabelecer contatos tem favorecida uma relação de apego mais restrita do que crianças criadas em ambientes amplos, onde os relacionamentos de apego se ampliam para tios, avós e outras pessoas. Conforme Mead (1962) *apud* Bowlby (1984), é como se nessa diversificação do apego, houvesse garantia no caso da perda de um dos pais.

O APEGO SOB O PONTO DE VISTA ETOLÓGICO:

O apego é um conjunto de comportamentos que contribuiu para a sobrevivência e evolução da espécie humana, pois se, de um lado os bebês humanos necessitam de um tempo maior de proteção materna dada à imaturidade orgânica, do outro, a dependência



dos seus, lhe dá oportunidade de maior flexibilidade quanto à aprendizagem permitindo uma importante plasticidade adaptativa em diferentes ambientes.

COMO SE DESENVOLVE O APEGO:

Autores que estudam o desenvolvimento infantil sob o referencial cognitivista, mostraram haver um paralelismo entre a etapa de desenvolvimento cognitivo em que a criança se encontra e o tipo de comportamentos de apego que ela manifesta.

Crianças indígenas guatemaltecas de 0 a 3 anos de uma aldeia distante de San Marcos, mostraram que pouca estimulação ambiental e por parte dos adultos, gerou um atraso na reação de ansiedade a estranhos, como aos comportamentos de protesto à separação, por parte das mesmas.

Embora o desenvolvimento cognitivo seja um fator importante no estabelecimento de comportamentos de apego, o limiar próprio da criança para reagir diante de estímulos estranhos ou de situações novas, contribui, também, segundo Rutter (1972), para modular as respostas afetivas da criança. Entretanto, esse limiar não está ligado somente a características próprias da criança como temperamento, pois as causas do seu comportamento são múltiplas, ou seja, tanto genéticas como ambientais.

Experiências prévias da criança podem intensificar ou atenuar suas reações posteriores à separação da mãe. Dessa maneira, contatos diversificados da criança com outras

crianças são mais imprevisíveis e portanto mais enriquecedores do que com adultos. Ao mesmo tempo que a criança aprende a compartilhar espaço, objetos, sentimentos, aprende a conhecer o outro diferenciado - independente dela - e também o outro generalizado - comum à espécie humana - como futura base importante da competência social.

A partir do momento que a criança define seu grupo e não encara todas as pessoas como equivalentes, diz-se que ela busca sua identificação. Nesse processo, o investimento emocional, afetivo é concomitante, e qualquer fator de distanciamento ou perda dessas pessoas, torna-se ameaçador para ela e cheio de significado.

Elogios, prêmios e punições dispensados pelas pessoas que fazem parte desse grupo, tornam-se extremamente poderosas na frequência e na maneira como a criança se comporta com os demais.

O apego fornece pois, o contexto onde pode desenvolver-se o processo de socialização.

DIFERENÇA ENTRE APEGO E COMPORTAMENTO DE APEGO

Quando uma criança tem apego por alguém, observa-se disposição para buscar proximidade e contato junto a essa pessoa, geralmente quando ela está assustada, cansada ou doente. O comportamento de apego, entretanto, refere-se a qualquer forma de

comportamento utilizado por uma criança para conseguir ou manter a proximidade desejada de alguém.

É importante distinguir entre o comportamento de apego e qualquer outra forma de comportamento que leva um indivíduo a procurar ou manter a proximidade de alguém. Dessa forma, tanto uma criança poderá se aproximar de um companheiro de brinquedo, como um adulto procurará a proximidade de um companheiro de interesses semelhantes, sem que esses comportamentos sejam classificados como comportamentos de apego.

Bretherton (1980) *apud* Bowlby (1984), afirma que: "... ao definir comportamento de apego, eu tinha em mente o produto do que poderia ser chamado de sistema de regulação de segurança, ou seja, um sistema cujas atividades tendem a reduzir o risco de o indivíduo se dar mal e são sentidas como levando a um alívio da ansiedade e a um aumento da sensação de segurança."

Assim, as experiências que uma criança possa ter com uma figura permanente, seja ela a mãe ou outra pessoa, a forma estimulante e cooperativa com que é tratada, um ambiente que lhe seja confiável para explorar com segurança, com pessoas igualmente receptivas irão aos poucos modelando uma personalidade controlada e resiliente diante de perdas, rejeições e separações no futuro.

Parelelo ao conceito de apego e sua importância como base de competência social, têm-se encontrado na população de crianças, adolescentes e adultos pobres, em



situação precária de sobrevivência, indivíduos que reagem perfeitamente bem às condições adversas e estressoras de suas vidas.

O que, ou quais fatores estão presentes neles como mecanismos protetores ?

Rutter (1985; 1987; 1989; 1993) *apud* Onesti (1995), utiliza os termos **Resistência Psicológica e Mecanismos Protetores** como o processo de negociação com a realidade, dando destaque aos mecanismos de proteção ali presentes. Ou seja, a proteção reside no engajamento bem sucedido com a situação de risco.

Assim, a proteção é consequência de mudanças adaptativas que seguem o enfrentamento bem sucedido.

Sabe-se também que o conceito de fator protetor pode nem sempre se constituir numa experiência, podendo envolver uma qualidade do indivíduo como pessoa, por exemplo, o sexo. Segundo o autor, as meninas são menos vulneráveis que os meninos a algumas adversidades psicológicas durante sua infância, tendo em vista os tipos de atividades sujeitas a maiores danos físicos do que as meninas.

Existe também um outro aspecto que define a resistência psicológica - a compreensão dos processos interativos. Desse modo, a ênfase deve ser dada aos processos e mecanismos protetores e não apenas nos fatores, o que dá uma perspectiva de desenvolvimento e situacional.

Outro aspecto importante a ser destacado é que a interação deve ser vista como um processo considerado no tempo e não como um evento isolado num ponto específico quando o indivíduo se depara com o estresse e a adversidade. Vemos que, um evento pode tanto aumentar quanto diminuir os efeitos do estresse, diante da sensibilidade maturacional ou ao próprio significado daquele. Uma separação temporária da criança e sua família, terá efeitos diferentes em diferentes etapas ou idades da mesma. Crianças muito novas estão “protegidas” porque precisam desenvolver as capacidades para apegos seletivos, enquanto crianças mais velhas também estão “protegidas”, pois já possuem habilidades cognitivas para avaliar a possibilidade da manutenção do relacionamento de apego durante o período de ausência.

Dessa maneira, uma perspectiva no tempo de vida, requer atenção à variedade das transições que ocorrem durante o curso do desenvolvimento e torna-se importante então, considerar as diferenças individuais no significado e nas respostas à essas transições.

Algumas variáveis e seus efeitos interativos são importantes para o processo de proteção e embora não sejam claros os mecanismos psicológicos implicados, algumas delas foram estudadas, tais como: sexo, temperamento, relacionamento entre pais e filhos, apoio conjugal, planejamento, experiências escolares, perda precoce dos pais e momentos críticos de vida.

Quatro mecanismos mediadores servem para mudar de maneira positiva uma trajetória de vida: **redução do impacto do risco** onde a exposição graduada ao risco com possibilidades de sucesso bem como a redução de exigências de uma tarefa que trazem os efeitos de risco, através da divisão dessa tarefa com alguém, poderiam favorecer o



enfrentamento bem sucedido à situação; pela ação das pessoas é possível a remoção física da situação de risco ou distanciar-se emocionalmente dela. Assim, estabelecendo-se vínculos sociais com outras pessoas, é possível a redução à exposição ao risco. **Redução da cadeia de reações negativas:** mecanismos que reduzem os elos das reações negativas que seguem a exposição de risco. Por exemplo, no caso de perda de um dos pais, a proteção derivaria do apoio do pai remanescente ou de um cuidado alternativo de alta qualidade que assegurasse a continuidade dos relacionamentos. **Auto-estima e auto-eficácia:** o sentimento sobre o seu próprio valor como pessoa e a certeza de que se pode enfrentar com sucesso os desafios da vida, tem efeito protetor sobre as pessoas. Dois tipos de experiências exercem influência para o desenvolvimento de auto-conceito: relacionamentos seguros e harmoniosos e a realização bem sucedida de tarefas importantes aos indivíduos. **Oportunidades:** novas experiências que promovam mudanças podem ser vistas como momentos decisivos na vida das pessoas através dos quais o sucesso na forma de relações pessoais ou cumprimento da tarefa, podem mudar o curso da vida, dentro de uma trajetória mais adaptativa.

Dessa forma, mesmo as experiências com muitos aspectos negativos podem ser úteis, se elas servirem para dar oportunidades adaptativas que não poderiam estar disponíveis de outra forma.

Observando a realidade do Lar Anália Franco de Londrina, notamos que no período de nossa coleta (novembro/95 a outubro/96), houve grande rotatividade de laristas e de crianças e adolescentes entre as unidades.

Se, por um lado, essas mudanças trouxeram aspectos negativos como alterações nas pessoas dos novos laristas, de outro, também possibilitaram ajustamentos à nova

rotina. Através da análise dos dados, será possível detectar se os “mecanismos mediadores” que Rutter (1985;1987;1989;1993) *apud* Onesti (1995) descreveu como positivos para a resistência psicológica, podem ser considerados da mesma forma para as crianças e adolescentes desta pesquisa.

Antes de analisar tais dados, passaremos primeiramente, pelos procedimentos metodológicos.



3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quando se trata de estudar mudanças no desenvolvimento e compreender quais relações entre o comportamento e suas conseqüências no ambiente podem estar influenciando tais mudanças, a abordagem metodológica a ser escolhida pelo pesquisador é uma decisão extremamente delicada e difícil.

Para o trabalho em questão, cuja a preocupação é entender como se processa o desenvolvimento da criança e do adolescente junto à família substituta que o acolheu, as perguntas a serem feitas e cujas respostas esperamos encontrar numa abordagem metodológica satisfatória para esses propósitos, são as mesmas que levantamos como hipóteses de nossa pesquisa. Juntamente com essas hipóteses iniciais a que nos referimos no item- **O PROBLEMA**, outras questões surgiram durante nossa coleta de informações e dado à importância para a compreensão dessas relações, passamos a citá-las:

- o universo de interações de uma criança e de um adolescente do Lar Anália Franco só se restringe ao casal de laristas ?
- quem são, com referência à história pessoal, esses laristas ?
- porque procuraram o Lar Anália Franco de Londrina ?
- como é o relacionamento da criança e do adolescente com o casal de laristas ?
- como é o relacionamento da criança e do adolescente com os filhos do casal larista ?

- como se dá o relacionamento da criança e do adolescente com os funcionários do Lar ?
- como é feita a “correção” dos comportamentos não aceitos pelo Lar ?
- como é o desempenho acadêmico da criança e do adolescente do Lar?
- como a escola, na pessoa dos professores se relaciona com as crianças e adolescentes do Lar ?
- como os professores percebem as crianças e os adolescentes do Lar enquanto pessoas ?
- que expectativas pessoais têm as crianças e adolescentes quanto ao seu futuro ?
- é possível traçar-se um “perfil” das crianças e dos adolescentes criados através de uma “família substituta”?
- a partir desses dados, é possível a contribuição, através de programas preventivos, sobre estratégias de interação da criança com o casal larista e do adolescente com o casal larista, bem como vice-versa ?

As perguntas feitas acima, são apenas algumas dentre muitas outras que surgirão no decorrer das análises feitas. Sabemos que as respostas não podem se restringir a um modesto corte transversal de situações diárias, com explicações lineares do tipo unilaterais (adulto-criança, larista-criança). Por se tratar de processos interativos, e por sabermos que todo processo se dá num continuum no tempo, é preciso uma abordagem metodológica que nos permita “apreender” de forma a tornar essa análise a mais completa possível.



Dessa maneira, a **abordagem ecológica** e o **enfoque longitudinal** conforme Horowitz (1987;1992) *apud* Zamberlan (1995), “constituem um novo paradigma para análise de processos de mudança, em substituição ao enfoque do determinismo causal”.

Nossa proposta de análise, tendo como referência a abordagem ecológica juntamente com o enfoque longitudinal, buscará dar conta dos aspectos contextuais amplos que envolvem o universo geral da criança e do adolescente como: localização física do Lar, das unidades-lares, tamanho e aspirações da família - também chamado de **macrosistema** -; características pessoais da criança e do adolescente envolvendo: idade, temperamento, inteligência - definido como **microsistema** e, finalmente, as relações da criança e do adolescente com as pessoas de sua convivência direta, tais como: funcionários do Lar, professores na escola, colegas das unidades, vizinhos - chamado de **mesossistema** por Bronfenbrenner (1977:515) *apud* Zamberlan (1995).

São necessárias para essa combinação, estratégias diferentes de coletas de dados, usadas simultânea ou alternadamente, conforme necessidade situacional.

Em nosso estudo, foram utilizadas entrevistas, observações e questionários no decorrer de nossa coleta, de acordo com as perguntas surgidas durante nossa atuação nessa entidade.

Antes de passarmos para o procedimento metodológico propriamente dito, citamos agora Valsiner (1987) um estudioso do desenvolvimento infantil, cuja idéia encontra-se explicitada no trabalho de Zamberlan (1995), que transcrevemos a seguir: “o autor argumenta que é impossível determinar um padrão único universal de práticas de cuidados à

criança; a diversidade de condições onde crianças vivem caracteriza uma marca própria, sinalizando um contexto cultural específico, histórico e temporalmente situado”.

Concordando com tais afirmações, passamos agora ao procedimento metodológico utilizado por nós.

3.1 SUJEITOS DA PESQUISA

Foram considerados sujeitos desta pesquisa todas as crianças e adolescentes internos institucionalizados do Lar Anália Franco de Londrina, não deficientes mentais, na faixa etária entre 8 e 17 anos. O critério utilizado para caracterizar a criança e o adolescente como internos, além do encaminhamento pelo Conselho Tutelar, Fórum, pais ou familiares, era o de também estarem na instituição há pelos menos um ano - prazo possível para adaptação ao sistema de funcionamento e rotina das casas-lares.



3.2 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Lar Anália Franco de Londrina, localizado à Avenida Paul Harris, 300.

Os locais utilizados para a coleta dos dados foram: a biblioteca, o pátio coberto e as casas-lares, localizadas nos fundos da instituição.(Anexos: I, II, III), respectivamente.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA

Inicialmente, entrou-se em contato, pessoalmente, com a coordenadora e com a assistente social do Lar, a fim de explicar-lhes os objetivos da presente pesquisa e pedir-lhes permissão para o acesso às crianças e às casas-lares.

Após a permissão, solicitou-se à assistente social a listagem de crianças e adolescentes que estivessem de acordo com os critérios delimitados para a escolha dos sujeitos. Em seguida, conversou-se com as crianças e adolescentes institucionalizados, explicando-lhes o motivo da pesquisa e solicitando que respondessem às entrevistas e ao questionário (Anexo V e Anexo VI). As respostas às entrevistas foram anotadas pela pesquisadora e os questionários eram fornecidos no final das entrevistas, após explicação para o seu preenchimento.

Pelo fato de, entre as crianças pesquisadas, as idades serem do início da escolaridade (8 anos) e o questionário ser extenso (80 questões), optou-se pela anotação pela pesquisadora, das respostas verbalmente apresentadas pelas crianças.

Levaram-se em conta também como procedimento de coleta, os resumos das observações feitas durante os encontros quinzenais com as laristas. Esses encontros tinham como objetivo a discussão e busca de soluções para as dificuldades de interação encontradas no dia-a-dia das casas-lares entre crianças e adolescentes internos, entre internos e laristas e entre filhos biológicos das laristas e internos.

Finalizando como procedimento de coleta, foram visitadas as escolas onde crianças e adolescentes estudam, sendo entrevistadas as professoras com o objetivo de colher-se informações sobre a maneira de perceber da professora sobre o desempenho escolar e sobre a auto-estima desses alunos.

A entrevista constou de três questões abertas.(Anexo VII)

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA

O roteiro de entrevista para os internos constou de 18 questões, sendo 14 objetivas e 04 subjetivas (Anexo V).



Foi utilizado um questionário como instrumento de medida de autoconceito o “The Piers-Harris Children’s Self-Concept Scale”, traduzido e adaptado por Vera do Amaral para ser aplicado a crianças de 8 a 16 anos. É uma escala de 80 itens em que o sujeito deve responder sim ou não frente a cada item. (Anexo VI). Esses itens são organizados em conjuntos, e os itens que os compõem são apresentados a seguir:

- **Comportamento:** 16 itens: 12, 13, 14, 21, 22, 25, 34, 35, 38, 45, 48, 56, 59, 62, 78 e 80.
- **Nível Intelectual e Escolar:** 17 itens: 5, 7, 9, 12, 16, 17, 21, 26, 27, 30, 31, 33, 42, 49, 53, 66 e 70.
- **Aparência Física e Atributos Pessoais:** 13 itens: 5, 8, 15, 29, 33, 41, 49, 54, 57, 60, 63, 69 e 73.
- **Ansiedade:** 14 itens: 4, 6, 7, 8, 10, 20, 28, 37, 39, 40, 43, 50, 74 e 79.
- **Popularidade:** 12 itens: 1, 3, 6, 11, 40, 46, 49, 51, 58, 65, 69 e 77.
- **Felicidade e Satisfação Pessoal:** 10 itens: 2, 8, 36, 39, 43, 50, 52, 60, 67 e 80.

Na avaliação desta escala foi utilizado um crivo de correção (Anexo VI), sendo que as respostas que denotam autoconceito positivo recebem pontuação 1 e aquelas que caracterizam o autoconceito negativo recebem 0. A partir da soma desses pontos foi obtida uma caracterização do sujeito em termos de um autoconceito baixo, médio ou alto.

É importante frisar que essa escala foi traduzida e adaptada para crianças brasileiras, mas ainda não passou por testes de validade e fidedignidade. Portanto, para esta

pesquisa vamos pressupor sua validade e fidedgnidade, esperando que pesquisas futuras, venham a confirmar essa pressuposição.

Para avaliação, junto aos professores, sobre a maneira como percebem o desenvolvimento acadêmico desses alunos, como são percebidos pelos professores e como o professor acha que eles se vêem, foram feitas 03 questões abertas (Anexo VII). Foram dadas também oportunidades aos professores de outros comentários que porventura quisessem fazer sobre as crianças e adolescentes do Lar.

3.5 PERÍODO DE COLETA

O período de coleta compreendeu as reuniões com as laristas, as entrevistas nas escolas com os professores e as entrevistas com as crianças. Para tanto, o período compreendido foi de novembro/95 a novembro/96.



4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a melhor análise dos resultados, a apresentação foi dividida em três partes. Na primeira, fez-se uma caracterização da amostra selecionada, utilizando-se da análise descritiva em termos de frequência e porcentagem dos dados coletados. Na segunda parte da análise, foi utilizado um questionário de autoconceito para crianças e adolescentes e, na terceira parte, elaborou-se um quadro, relacionando-se as variáveis estudadas com as hipóteses levantadas no início deste trabalho.

PARTE I: CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO PESQUISADA

1) Características da população pesquisada;

1.a) crianças e adolescentes : conforme critério utilizado, a amostra foi composta de crianças e adolescentes sem deficiência mental, de ambos os sexos, com idades de 8 a 18 anos e que estivessem internados no Lar há pelo menos um ano.

Dos 43 internos no período de nov/95 até novembro/96, 20 crianças e adolescentes passaram a fazer parte da amostra, cujas características foram relatadas em frequência e porcentagem.



Quanto ao sexo, 11 (55%) são feminino e 09 (45%) são do sexo masculino. Esses dados, embora com pequena diferença, indicam a não coincidência com a literatura, para a qual o maior índice dos internamentos é do sexo masculino, justificando-se nesse resultado, o fato de que as meninas geralmente ficam com a família ou com um dos pais por ser mais “dócil” e porque logo podem “auxiliar” na rotina doméstica.

TABELA I: Frequência e porcentagem referente a COR encontradas na amostra:

Cor	F	%
pardo	9	45
branco	7	35
negro	3	15
mestiço	1	5
Total	20	100

É interessante notar que a amostra apresentou uma porcentagem maior de pardos - mais moreno do que branco- (45%), seguida de brancos (35%) e mestiços- índio, latino - (5%), o que está em desacordo com os resultados do relatório do censo de 1990 do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística) que destaca o predomínio da população branca na Região Sul do país: “branca 83%, negra 3%, parda 13,5% e amarela 0,5%”.

TABELA II: Idades quando dos internamentos:

Idade	F	%
$x < 2$	6	30
$2 \leq x < 6$	4	20
$6 \leq x < 10$	8	40
$10 \leq x$	2	10
Total	20	100

Podem-se observar os maiores índices percentuais entre 6 e 10 anos (40%) e abaixo de 02 anos (30%) para as idades quando dos internamentos. Esses dados estão de acordo, em parte, com os resultados do estudo feito no Estado do Paraná por Weber & Kossobudzki (1996:103) em que a média para o ingresso em internatos oficiais é de 9,33 anos e para internamentos particulares é de 7,5 anos". Entretanto, encontrou-se nessa amostra, que 30% das crianças internadas estavam com menos de 2 anos, o que não foi encontrado naquela pesquisa.

Em relação ao tempo de internamento no Lar, a amostra indicou uma maior porcentagem (30%) entre 2 e 6 anos, seguidas de 6 e 10 anos (25%) e 14 e 18 anos (25%). Tais resultados mostram um dado extremamente cruel e importante: - a questão da adoção em nossa região não difere das outras regiões brasileiras - a preferência clara e nítida por bebês e a exclusão de crianças maiores. Uma triste realidade se nos lembrarmos das reportagens apresentadas nas TVs ou mesmo nos noticiários dos jornais, onde se verifica, por parte dos

países estrangeiros, o interesse na adoção de crianças brasileiras independentemente de cor e idade.

Nessa amostra, mais um dado preocupante: 60% dos internos estão na faixa de 13 a 18 anos e desses, 50% trabalha no próprio Lar em atividades voltadas à rotina de funcionamento; 40% não trabalha e apenas 10% o que significam **dois** adolescentes trabalham fora do Lar.

Esse quadro expõe dois fatos graves: a falta de treinamento profissionalizante que possa garantir a subsistência futura desses adolescentes, e a perpetuação da condição de miséria, pela não absorção desses futuros adultos no mercado de trabalho.

Outro resultado que corrobora a questão da pobreza e da miséria, foi encontrado nessa amostra referente aos motivos do internamento: 35% dessas crianças foi abandonada, 25% ambos os pais morreram, seguidos por 10% com a morte da mãe e 10% a mãe era portadora de deficiência mental, inviabilizando o cuidado dos filhos; 5% a mãe morreu e o pai é alcoolista; 5% mãe e pai são alcoolistas; 5% mãe morreu e o pai é doente e 5% a mãe está presa e o pai é doente.

Dentro desse mesmo raciocínio, procurou-se conhecer a realidade dessas crianças antes do internamento; ou seja, com quem elas viviam antes de virem para o Lar: 45% com a mãe, o que é reforçado pela literatura referente ao aumento do número de famílias chefiadas pela mãe; 15% viviam com ambos os pais e 10% somente com o pai.

Foi encontrado, nessa amostra, que 70% de crianças e adolescentes, conhecem seus pais verdadeiros enquanto os 30% restantes nunca tiveram tal oportunidade, o que coincide, em termos de frequência, com os motivos do internamento: 7 (35%) abandono e 5 (25%) ambos os pais morreram.

A amostra deixou exposta uma realidade nada sensível ao problema do abandono: 75% dessas crianças e adolescentes não recebem visitas, 15% recebem regularmente e para 10% as visitas são esporádicas. Entre esses dados, inclui-se como “visitas” tanto um dos pais biológicos, quanto avós e tios.

É possível supor que a expectativa de retorno às famílias biológicas para 75% dessas crianças e adolescentes inexistente e que tal constatação pode ser um dos fatores a contribuir para comportamentos de instabilidade emocional, agressividade, dificuldade em estabelecer vínculos afetivos, conforme destacado por Bowlby (1984). Embora de maneira empírica, pressupõe-se que tais comportamentos “sugerem” uma resposta à “sociedade” que os “colocou nessa situação”.

Interessante destacar dois casos no período de novembro/95 à novembro/96 onde, em um deles, tivemos a informação de que a criança havia sido adotada pela madrinha que sempre a visitava no Lar e que após alguns meses de adoção, foi devolvida; o outro caso foi presenciado pela pesquisadora numa de suas idas à instituição onde um senhor de meia idade, trazia pela mão uma garotinha de uns 7 ou 8 anos e na outra, uma sacolinha com suas roupas para mais uma “devolução”.

Insensibilidade, inabilidade, decepção ? Acreditamos mais nos dois últimos adjetivos, pois dificilmente alguém insensível iria mobilizar-se para adotar uma criança cujo passado lhe é totalmente estranho. A inabilidade pode ser uma variável importante já que a criança de um lado com sua história de perdas e experiências pessoais com estranhos, como era de se esperar, desconfia, reage, nem sempre positivamente. Do outro, aquele que a adotou também possuidor provavelmente de muitas experiências frustrantes em relação a filhos (não tê-los ou tê-los perdido por doença ou morte), cria altas expectativas que jamais serão cumpridas por essa criança ou qualquer outra; é compreensível então, a decepção. Com ela presente nos dois lados, criança e adulto, iniciam uma guerra pessoal de comportamentos que desagradam, frustram, seguidos de castigos, tornando-se impossível a convivência.

Acreditamos que tanto a criança quanto a família que pretende a adoção, necessitam de um tempo maior de adaptação, precisando simultaneamente de acompanhamento psicológico e social.

Analisando essa amostra, observa-se que os encaminhamentos foram feitos respectivamente pelo Fórum: 70%, Conselho Tutelar: 25% e Centro de Diagnóstico e Indicação de Tratamento (Cedit) : 5% conforme o esperado de uma instituição que tem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como diretriz de seus trabalhos.

Finalmente, quanto à escolaridade, as crianças e adolescentes estão assim distribuídos: 30% cursam a 5ª série, 20% a 4ª série e 15% a 7ª série enquanto que os 35% restantes, estão cursando desde a pré-escola até a 8ª série. De acordo com esses resultados, verificou-se que a maioria dessa amostra está cursando 4ª, 5ª e 7ª séries, na faixa etária entre 13 e 18 anos o que indicou um leve rebaixamento entre idade e escolaridade.

PARTE II: MEDIDAS DE AUTOCONCEITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Conforme descrito no capítulo referente ao Procedimento Metodológico, para medir-se o autoconceito dessas crianças e adolescentes, foi utilizado um questionário (anexo p.....), para a faixa etária de 8 a 16 anos.

Os resultados com relação à amostra foi analisado na seguinte ordem: **freqüência e porcentagem**, **Teste t** com o objetivo de medir nas variáveis: comportamento, nível intelectual e escolaridade, aparência, ansiedade, popularidade, felicidade, as possíveis diferenças entre os sexos, a **Correlação de Spearman** para a verificação das prováveis correlações entre as variáveis citadas acima.

Em relação à **Pontuação Geral** a amostra apresentou-se com o autoconceito médio (55%) e alto (45%), o que demonstrou um nível geral de aceitação positiva em relação a si mesmo.

A variável **Comportamento** apresentou-se com 65% (13 elementos) indicando alta freqüência e 30% (6 elementos) situando-se na média. Tais resultados mostraram que as crianças e adolescentes da amostra, apresentam um maior envolvimento nas situações presentes em seus ambientes, uma maior “exposição”, sejam elas positivas ou negativas podendo, desta forma, favorecer uma maior compreensão e o enfrentamento bem sucedido nessas situações.

Em relação ao **Nível Intelectual e Escolaridade** a amostra distribuiu-se com maior frequência (60%) na média, seguida de resultado superior (40%). Foi possível observar-se nos relatos das professoras que mesmo a despeito dos problemas de: falta de comunicação entre a escola e o setor de pedagogia, falta de planejamento adequados para enfrentar as dificuldades de algumas crianças, o rebaixamento de em média dois anos de escolaridade, não difere do encontrado nas escolas públicas do Estado do Paraná (51,31%) e que as crianças da amostra (exceto uma com 7 anos de defasagem escolar), apresentam-se dentro do esperado.

Na variável **Aparência** a amostra situou-se na média (50%) seguida por (35%) considerando-se com ótima aparência, e (15%) indicou aparência inferior. Considerando-se que 60% da amostra está entre 13 e 18 anos de idade é possível supor que os pré e adolescentes não se consideram com má aparência, apenas 15% (3) o fizeram.

Em relação à variável **Ansiedade**, a amostra indicou que 60% apresentou alta ansiedade, seguida de 30% na média e 10% situou-se com baixa ansiedade. Interessante observar que no perfil da amostra predomina a alta ansiedade, podendo estar relacionado com o comportamento típico do adolescente em emitir opiniões e conceitos “radicais”. Note-se algumas perguntas do questionário que medem ansiedade: “Eu me sinto frequentemente triste. Eu sou tímido. Minha aparência me aborrece”, etc.

Relacionado à **Popularidade**, a amostra indicou que 50% considera ter alta popularidade, enquanto 45% está na média, contra 5% (1) que mostrou-se com baixa popularidade.



Quanto à variável **Felicidade**, houve a seguinte distribuição: 55% demonstrou uma alta felicidade seguidos de 30% que considerou-se “meio feliz” e apenas 15% (3) disseram-se pouco felizes.

Com esses resultados, é possível perceber-se que a amostra pode ser considerada como possuidora de autoconceito satisfatório, situando-se na média, o que indica aparentemente, serem crianças e adolescentes com problemas contornáveis tais como: ansiedade, aparência, comumente freqüentes na adolescência.

TABELA I - Teste t para variáveis independentes

	média		t	gl	p	n		DP	
	masc	fem				masc	fem	masc	fem
COMPTO.	9,22	12,73	-3,19	18	0,01	9	11	3,31	1,42
NÍVEL	10,22	10,82	-,46	18	0,65	9	11	2,77	2,93
APARÊNCI	6,78	7,45	-,51	18	0,62	9	11	3,15	2,81
ANSIEDA	9,11	9,00	,08	18	0,94	9	11	1,83	3,85
POPULAR	8,00	7,27	,78	18	0,45	9	11	1,66	2,37
FELICIDA	5,78	7,09	-1,38	18	0,18	9	11	2,33	1,92
PONTUAÇ.	49,11	54,36	-1,03	18	0,32	9	11	11,37	11,32

Pelo teste t o comportamento feminino difere estatisticamente do masculino ao nível de 1% de probabilidade.

O teste t conforme indica a tabela acima, tem o comportamento feminino estatisticamente diferente do masculino no nível p, demonstrando que as meninas se comportam com maior “adaptabilidade” ou “acedimento” para questões do tipo: - “Eu sou bem comportado na escola”; “Eu sou bom em meu trabalho escolar”.

TABELA II - Correlação de Spearman

Comparações	n	R	T(n-2)	p
Comporta & Nível	20	0,47	2,26	*3,65%
Comporta & Aparência	20	0,27	1,20	24,39%
Comporta & Ansiedade	20	0,34	1,52	14,68%
Comporta & Popularidade	20	-0,09	-0,39	70,43%
Comporta & Felicidade	20	0,41	1,93	*6,92%
Nível & Aparência	20	0,58	3,00	*0,77%
Nível & Ansiedade	20	0,38	1,72	10,26%
Nível & Popularidade	20	0,61	3,28	*0,41%
Nível & Felicidade	20	0,55	2,78	*1,23%
Aparência & Ansiedade	20	0,64	3,54	*0,24%
Aparência & Popularidade	20	0,42	1,98	*6,31%
Aparência & Felicidade	20	0,68	3,91	*0,10%
Ansiedade & Popularidade	20	0,44	2,08	*5,19%
Ansiedade & Felicidade	20	0,76	4,92	*0,01%
Popularidade & Felicidade	20	0,50	2,48	*2,33%

• significativo ao nível de p% de probabilidade

Através desses resultados, é possível observar-se a existência de correlação entre **Comportamento e Nível Intelectual e Escolar** o que pressupõe que quanto mais um indivíduo se comporta, maior é a probabilidade de aumentar sua experiência e com ela, o seu nível cultural (o que está relacionado com inteligência geral) e sua escolaridade.

Da mesma forma, quanto mais um indivíduo se comporta, maior é a probabilidade de ele obter conseqüências reforçadoras positivas de seus atos; provavelmente, o que conceitua-se como **Felicidade**.

A presença de correlação entre **Nível Intelectual e Escolaridade & Aparência**, pode significar que para amostra uma boa aparência pode criar oportunidade de maior expansão no nível intelectual e escolaridade.

Em seguida, observou-se a correlação entre **Nível Intelectual e Escolaridade & Popularidade**, demonstrando que, nesta amostra, geralmente aquele que possui um bom nível intelectual e escolaridade, possui também boa popularidade entre as pessoas de seu convívio.

Interessante notar a relação ao nível de probabilidade entre **Nível Intelectual e Escolaridade & Felicidade** nessa amostra.

Outro resultado indicou a correlação entre a **Aparência** das crianças e adolescentes, e **Ansiedade**, o que aparentemente indica que, quanto melhor é a aparência, maior é a ansiedade. Levantamos, aqui, a seguinte pergunta: - “É possível que uma boa aparência crie expectativas em relação às outras pessoas, e junto a isso, ansiedade?”

Da mesma forma, foi possível observar-se relação de correspondência entre ter boa **Aparência** e ter **Popularidade**.

A correlação seguinte mostrou-se direta entre boa **Aparência** e ser **Feliz**; aparentemente é possível esta relação já que uma boa aparência é aspecto facilmente notável em qualquer ambiente, podendo funcionar como fator facilitador de novas amizades e

conseqüente aceitação em novos grupos sociais, o que pode trazer também, felicidade. É provável que essas duas variáveis caminhem juntas na maioria das vezes.

Embora com um grau de erro levemente aumentado, observa-se certa correspondência entre **Ansiedade & Popularidade**, podendo indicar que quanto maior é a popularidade da criança e do adolescente dessa amostra, maior é a ansiedade como conseqüência. É possível levantar-se também aqui uma questão: - “Seriam necessariamente ansiosas as pessoas populares?”

De modo enfático, a amostra indicou que quanto mais felizes são as crianças e adolescentes, mais ansiosos se tornam. É possível que a felicidade traga, dentro de si, ansiedade, pois conforme a lista de fatores estressores publicados no livro: “Como enfrentar o Stress”, a autora Novaes (1990), relaciona situações como: casamento, ganhar na loteria, reencontro de pessoas queridas, confirmando assim, que não só situações negativas são estressoras.

Finalmente é observada, a mutualidade entre ser popular e ser feliz, supondo-se que, **Popularidade** traz **Felicidade**, o que aparentemente pode significar: reconhecimento, aceitação, correspondência de expectativas por parte das pessoas ou pelo grupo da qual o indivíduo faça parte.



PARTE III : RELACIONANDO-SE VARIÁVEIS CONTEXTUAIS E AS HIPÓTESES INICIAIS

QUADRO I - VARIÁVEIS E HIPÓTESES

A) Variáveis dos sujeitos crianças / adolescentes	1a) Idade e Adaptação 11a) Resiliência
B) Variáveis dos Laristas	5a) Tempo de Instituição e Idade 6a) Escolaridade
C) Variáveis Interacionais relacionadas à Ecologia e funcionamento das Unidades	2a) Percepção dos Professores 7a) Rotatividade dos Laristas
D) Variáveis Interacionais: Laristas/Crianças	4a) Desafios normais 8a) Incapacidade de lidar com os próprios filhos biológicos.
E) Efeitos de Variáveis Contextuais Bipolares	9a) Apoio Psicológico aos Laristas 10a) Mudanças de Laristas e de Crianças das Unidades.
F) Efeitos da Combinação Global de Variáveis	3a) Família Substituta: melhores efeitos ?

Passemos agora, para a análise do quadro acima.

A) VARIÁVEIS DOS SUJEITOS- CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS HIPÓTESES: 1ª (IDADE E ADAPTAÇÃO) E 11ª (RESILIÊNCIA PSICOLÓGICA)

Da amostra selecionada, duas crianças, um menino e uma menina, estavam na época, com oito anos, sendo que o menino estava internado no Lar há dois anos e a menina há um ano.

Durante as entrevistas feitas, ambos disseram estarem felizes no Lar. Ambos recebem visitas regulares do pai e do avô, respectivamente. Em média, passaram por três laristas.

O menino cursava a segunda série; a menina havia passado inicialmente por escola regular, porém, como não conseguiu acompanhar, voltou para a pré-escola. É importante destacar que a menina está sob atendimento fonoaudiológico, tendo em vista seu comprometimento na fala, o que dificultava sua comunicação com a professora e os colegas na escola.

Em sua unidade, o destaque foi para seu comportamento de chorar freqüentemente, quando era motivo então, de brincadeiras de seus colegas de unidade. Na última reunião feita com os laristas, a informação foi que a menina já se comunicava tranqüilamente com os colegas, seu comportamento de chorar havia diminuído, continuava em atendimento fonoaudiológico e passava por nova avaliação psicológica, já que a suspeita inicial de rebaixamento mental - por não acompanhar a sala regular e o choro freqüente - havia sido abandonada.

Talvez, a variável **idade** tenha facilitado na capacidade adaptativa satisfatória; nas entrevistas suas respostas foram de aparente satisfação com a situação atual; o relacionamento entre os colegas e filhos biológicos dos laristas de suas unidades, mostrou-se



sem maiores problemas, ou seja: convivência alternada entre momentos de calma e discussões.

Aparentemente, os mecanismos protetores que podem fortalecer a **resistência psicológica**, estão presentes no dia a dia dessas crianças, pois no caso do menino o pai que tinha problemas com álcool e deixava os filhos sozinhos, hoje os visita regularmente, embora não os leve para casa por exigência do Conselho Tutelar; pode-se dizer que houve, conforme Rutter (1985;1987;1989;1993) *apud* Onesti (1995) , uma redução do impacto de risco e conseqüente redução da cadeia de reações negativas decorrentes da convivência incerta com um pai sem controle de seus próprios atos; houve também, melhora aparente da auto-estima e oportunidade, porque convivendo com outros adultos e crianças, tanto o menino quanto a menina, tiveram oportunidade de mostrar o que podem fazer (atividades de rotina nas unidades, na escola) e terem o reconhecimento por isto (conseguem se comunicar com outros adultos do Lar e com várias crianças e adolescentes).

Concluindo, parece que o fato de terem se afastado do ambiente familiar problemático auxiliou positivamente na resolução das dificuldades que com certeza continuariam, caso permanecessem ali. Por outro lado, essa mudança beneficiou no desenvolvimento da auto-estima dessas crianças, a partir do momento que passaram a conviver com outros adultos e crianças que lhes mostraram reconhecimento nas pequenas ajudas, nas brincadeiras com os pares, na demonstração de afeto que recebiam dos adolescentes e laristas.

Outra variável que pareceu significativa para a resiliência psicológica dessas duas crianças, foi o fato de as visitas dos familiares, pai e avô, respectivamente, serem regulares. Aparentemente, a mudança ambiental provocada pelo afastamento dessas crianças

foi benéfica, pois o pai do menino, pelo menos no dia de visitas, não vinha alcoolizado. No caso da menina, o avô a leva para casa por alguns dias no mês, já que o pai é desconhecido e a mãe está presa.

Nesses dois casos é como se houvesse um equilíbrio no suporte emocional fornecido pela família substituta, nesse novo contexto de aprendizagem, e pela família biológica, com as visitas regulares, transmitindo, às mesmas, a segurança de “pertencer a alguém”.

Dessa forma, na perspectiva do tempo de vida, onde o processo do desenvolver-se se dá, torna-se importante o destaque às variedades de transições, considerando-se as diferenças individuais no significado e nas respostas dadas a essas transições.

B) VARIÁVEIS DOS LARISTAS E AS HIPÓTESES: 5ª (TEMPO DE INSTITUIÇÃO E IDADE) e 6ª (ESCOLARIDADE)

No período de um ano da coleta de dados, foi possível concluir que casais de laristas com pouca idade e com pouco tempo de instituição, não são mais desafiados do que casais mais velhos em idade e tempo de instituição.

O nível de escolaridade dos laristas é fator importante para sanar dúvidas escolares, porém, essa relação não parece verdadeira para assuntos pessoais.

Durante esse período, aconteceram mudanças e trocas dos laristas sendo possível verificar-se que a saída do casal e a pouca idade e a entrada de outro casal também de pouca idade, comparando aos que lá estavam, não modificou, pelo menos no início, a frequência dos problemas de alguns adolescentes descritos como “criadores de caso”, já que assim se comportaram quando foram transferidos para laristas com mais idade e tempo de intuição.

Conforme já discutido anteriormente, repertórios pessoais dos laristas tais como: sensibilidade para identificar os problemas e assertividade na maneira de lidar com os mesmos, indicaram ser as formas que levam a melhores resultados.

Alguns casos de difícil relacionamento entre adolescentes e laristas, demonstraram uma melhora com a mudança para outra unidade; em outra circunstância, o adolescente tido como “rebelde”, “desafiador”, passou a interagir de modo mais positivo, quando teve oportunidade de participar de reuniões semanais em torno da mesa de refeições, com a larista para conversar sobre “qualquer coisa”. Parece que o fato de ter “alguém para ouvir”, ter esse momento de exposição pessoal de sentimentos, funcionou como reforçador positivo para comportamentos adequados mais do que a forma de comportar-se anterior: com agressividade, desafiadora, etc.

É possível que, nesse contexto, o nível de escolaridade não seja fator relevante para que os adolescentes e as crianças procurassem, com maior frequência os laristas,

tendo em vista o “comportamento de estudar”, trazer conseqüências positivas a longo prazo. Além disso, não existe um planejamento pedagógico institucional para estimular, desenvolver e manter tais comportamentos tanto nas crianças quanto nos adolescentes. Somando-se a isso, as escolas, com algumas exceções, infelizmente tornaram-se lugares pouco convidativos para comportamentos acadêmicos, quer pela “pobreza” intelectual de alguns professores, quer pelo pequeno incentivo dado à conservação do espaço físico escolar no que se refere à manutenção do prédio, carteiras e materiais escolares.

C) VARIÁVEIS INTERACIONAIS RELACIONADAS À ECOLOGIA E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES E AS HIPÓTESES: 2ª (PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES-ASSISTÊNCIA REGULAR POR PARTE DOS LARISTAS E MONITORES) e 7ª (ROTATIVIDADE DOS LARISTAS - FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES).

Foram visitadas três escolas públicas nos períodos de funcionamento matutino, vespertino e noturno. Os professores, em número de oito, responderam as três questões a respeito do desempenho acadêmico de cada aluno da amostra, sobre a percepção que eles tinham da pessoa do aluno e, sobre como eles achavam que o aluno se avaliava como pessoa.

Dos oito professores entrevistados, seis fizeram avaliações das crianças e dos adolescentes sem qualquer referência ao fato de serem internos no Lar Anália Franco; dois o fizeram, sendo que uma disse: - “Por ser de instituição, 30% conta como uma boa explicação para isso”- referindo-se ao comportamento fechado da aluna de não se envolver em atividades de grupo, mas mostrando-se amorosa, apegando-se muito à professora, dizendo esta, ser pela “carência”.

A outra professora mostrou-se muito agressiva, pouco solícita, dizendo que ninguém se preocupa com o desempenho das crianças, faltando cooperação para participar de reuniões e interesse pela higiene das mesmas.

Outras duas disseram que as aulas de reforço ministradas no Lar, de nada adiantavam no sentido de recuperar dificuldades individuais.

Analisa-se, então, que a despeito de serem crianças de instituição, parece que a maior queixa é com o “não envolvimento” da instituição em assuntos acadêmicos de suas crianças.

Atualmente, constatou-se que houve uma “substituição” da participação do larista nas reuniões escolares, por pessoas que dificilmente estão envolvidas com a dificuldade escolar de cada criança; com isto, o larista se distancia cada vez mais dessa área, não tendo, com isso, qualquer preocupação no que se refira ao “incentivo para o comportamento escolar” das crianças e adolescentes da sua unidade. Esse distanciamento foi observado nos laristas, algumas vezes, nas reuniões, pois alguns não sabiam sequer as séries das crianças de suas unidades.

Apesar de esses fatos serem passíveis de modificações através de um planejamento mais direcionado às dificuldades particulares das crianças por parte do setor pedagógico e das escolas, constatou-se, pelas respostas das professoras, que dos nove meninos da amostra, três (33.33%), apresentaram, segundo as professoras, “comportamentos - problemas” do tipo “excesso comportamental” envolvendo queixas como: “dá problemas”, “revoltado”, “agressivo”, “gosta de aparecer”, etc. Desses três meninos, um está um ano adiantado e os outros dois, estão atrasados em três anos nas séries.

Em relação à parte feminina da amostra, as referências negativas por parte das professoras giravam em torno de comportamentos indicando “déficit comportamental” do

tipo: “fechada”, “isolada”, “não participante”, “quieta”, “parada”, “tímida”, “envergonhada”, “carente”, demonstrando de maneira diferente dos meninos, baixa frequência de comportamentos de “exposição” às situações potencialmente ansiógenas como: “falar em sala”, “participar de trabalhos grupais”, etc.

Observou-se que, dos onze elementos femininos da amostra, quatro (36.36%) estão dentro desse tipo de avaliação. Dessas, uma está um ano adiantada, duas estão dois anos atrasadas e a última, sete anos defasada em relação à sua seriação. Excetuando-se este último caso em que se faz necessária uma avaliação psicopedagógica em função da grande diferença de seriação, os casos anteriores estão previstos dentro dos “51.31% dos alunos da rede estadual”, que conforme a SEED (Secretaria do Estado da Educação), estão, pelo menos, dois anos atrasados em suas séries. (Jornal Folha de Londrina, caderno Folha do Paraná, 26/11/96).

Concluindo, pelos resultados apresentados, apesar das dificuldades, falta de entrosamento entre o setor pedagógico do Lar com as três escolas pesquisadas, a porcentagem de crianças e adolescentes definidos como “problemas”, é pequena; cerca de 33.33% para os meninos e 36.36% para as meninas dessa amostra. Além disso, são “problemas” passíveis de solução conforme já relatado, bastando, para isso, um trabalho conjunto dos dois setores envolvidos: Lar e Escola.



Rotatividade dos Laristas e Funcionamento das Unidades:

Durante 04 anos as casas dos laristas ficavam fora do espaço físico do Lar. Eram casas alugadas nas redondezas abrigando os casais, seus filhos biológicos e uma média de 10 crianças, de ambos os sexos, de 0 a 17 anos de idade.

A alimentação, as roupas, eram pegas no Lar. O larista tinha total responsabilidade sobre a matrícula das crianças nas escolas públicas ou municipais, acompanhando, junto aos professores, o desempenho das mesmas, através das reuniões de pais, boletins e tarefas.

A forma de recrutamento desses laristas era feita através de anúncios no jornal local. Em seguida, era feita entrevista nem sempre com a equipe composta de psicólogo, assistente social, mas rotineiramente com a coordenadora do Lar, esposa do presidente.

Houve um período, segundo relato do casal que ficou no Lar por 10 anos, que foi dado um treinamento por três dias com psicólogo, assistente social e presidente, em que desde o regimento interno até aspectos da rotina diária com as crianças eram discutidos.

Interessante observar que nas reuniões feitas no período de novembro/95 a outubro/96 da qual essa pesquisadora e assistente social participaram, sempre havia referência a essa época em que a responsabilidade era praticamente integral sobre as crianças. As colocações feitas ressaltavam um maior envolvimento com a vida das crianças, pois a participação na rotina das mesmas era grande, com reuniões nas escolas, o tempo em que as mesmas não estavam em aula, ficavam em suas casas frequentando o Lar apenas em dias

festivos. Alegavam a maior oportunidade de cuidar de sua educação desde maneiras de se comportar quando iam a lugares públicos até como comer adequadamente de garfo e faca. Além disso, apesar de não explicitado de forma direta, percebia-se, na maneira de falar desse casal, um grau de envolvimento afetivo maior, quando diziam que as crianças, nessa época, ouviam mais, eram mais “apegadas”.

Pode-se dizer que mudanças posteriores feitas no Lar refletiram como seria de se esperar, na interação das crianças com os laristas.

A partir de conversas com o presidente do Lar, esse sistema de casas fora do espaço físico institucional, gerou alguns problemas: as visitas feitas por ele de forma regular mas aleatória nas casas, quase sempre revelavam-nas desorganizadas com relação à higiene seja quanto à arrumação da casa, alimentos e às próprias crianças. Muitas vezes os castigos eram excessivos, outras vezes, a criança ficava largada e descuidada. A partir dessas constatações, foram construídas, inicialmente, três casas e depois mais duas que até hoje lá se encontram.

Com a vinda das crianças para as unidades dentro do Lar, novas mudanças nas regras de funcionamento para os laristas e para as crianças, foram estabelecidas.

Os casais deveriam morar no Lar mas poderiam trabalhar fora do mesmo já que em troca de lugar onde morar, luz, água eles não receberiam mais salário para cuidar das crianças nas unidades. As mesmas freqüentariam a escola e, nos horários alternativos, deveriam ficar no Lar para receberem reforço escolar e atividades recreativas.

A rotina das crianças modifica-se radicalmente: passam a tomar o café da manhã no refeitório coletivo, depois vão para a escola; voltam da escola almoçam no refeitório, ficam para as aulas de reforço e/ou atividades recreativas, indo para as unidades no final do dia onde, após o banho, esperam a chegada da janta - que é feita na cozinha do refeitório - e jantam com o casal de laristas ou apenas com a larista nas unidades, já que o larista geralmente ainda não chegou do trabalho.

Essa mudança trouxe grandes alterações em comparação à antiga rotina e algumas conseqüências puderam ser delineadas:

- a quantidade de tempo que as crianças e adolescentes passam com os laristas restringe-se, agora, a poucas horas entre o banho, jantar e a hora de ir dormir;

- durante o dia a norma é: “fica proibida a permanência das crianças nas unidades”, pois as atividades de reforço, recreação para aquelas que não trabalham fora do Lar devem suprir o tempo ocioso das mesmas;

- as matrículas, transferências, reuniões com os professores, passaram para a pedagoga ou para o coordenador das atividades recreativas;

- a comida não é mais preparada pela larista e sim pela cozinheira durante a semana; aos sábados, domingos e feriados, a larista cozinha para as crianças com os mantimentos que são dados pelo Lar.

■ as roupas de cama, banho e as roupas de uso pessoal dos pequenos são mandadas para a lavanderia e voltam prontas para o uso. Os adolescentes lavam e passam suas próprias roupas.

■ todas as cinco unidades contam com adolescentes e algumas, em número superior a três. A totalidade deles ou trabalha no Lar ou em empresas e no comércio. Geralmente estudam no período noturno o que deixa pouco tempo de convivência com os laristas e com as próprias crianças.

■ durante as reuniões com os laristas, algumas queixas foram feitas nesse sentido, o que também acarreta falta de oportunidade para melhor conhecê-los e saber o que está acontecendo na escola.

■ algumas adolescentes na faixa etária entre 15 e 17 anos, se revezam com as laristas no Hospital Universitário durante a noite, quando acontece o internamento de bebês.

■ os laristas que eram os mais antigos do Lar no período de novembro/95 a outubro/96, disseram que não existe o reconhecimento do trabalho feito por eles, pois quando alguma criança ou adolescente apresenta problema de disciplina ou assadura, a culpa é deles por negligência. No entanto, quando existe qualquer queixa ou reivindicação por parte dos laristas ou mesmo quando cometem algum erro, a entidade se “esquece” de todos os anos dedicados e o que de bom fizeram, “advertindo-os”, chamando para conversas de “confronto” tanto com as crianças e adolescentes, quando com outros funcionários.

■ a linha entre o “reconhecimento” e a “acusação” é muito tênue e quase sempre o saldo não fica nem para o larista, nem para a criança, o que gera mais ressentimentos.

■ os laristas apontam também um “protecionismo” em relação a alguns adolescentes e funcionários, no sentido de que as queixas acabam ficando sem “provas” ou mesmo “morrem” na sala do presidente, em função de sua postura religiosa (espírita praticante), que acaba sendo a de “passar a mão na cabeça” dos faltosos. A autoridade do larista é, dessa forma, preterida, ficando o mesmo extremamente magoado.

■ por várias reuniões, os laristas ao serem questionados sobre o envolvimento que teriam, com a rotina das unidades problemas com as crianças diziam terem “deixado prá lá”, numa atitude de desistência, pois sabiam que nada mudaria.

■ houve, no início das reuniões com os laristas, uma queixa constante quanto a comida que normalmente subia para as unidades em baldes plásticos e chegavam lá trazida por crianças menores, o que muitas vezes acarretava a perda da tampa pelo caminho.

■ além disso, como a comida era feita na hora do almoço na cozinha coletiva, era colocada na geladeira, só que muitas vezes chegava “azedada” nas unidades.

■ quase sempre as misturas eram em quantidade inferior ao número de crianças e adolescentes das unidades, o que acarretava brigas e mesmo a rejeição por parte dos pequenos.

■ foi feita uma reunião com a coordenação e o problema foi resolvido de forma democrática; no entanto, esse assunto - “alimentação”- ficou proibido pela coordenação de ser discutido nas próximas reuniões dos laristas, sob a alegação de que “problema de comida” era resolvido com a coordenação e não nas reuniões com a psicóloga.

■ queixavam-se também das dificuldades quando algumas vezes desejavam sair sozinhos (o casal) e não terem como deixar os pequenos nas unidades. Os adolescentes também saíam com seus amigos, namorados ou se, durante a semana, iam à escola; precisavam então, arranjar suas próprias soluções. Os recursos nem sempre disponíveis eram: pedir para os outros laristas “olharem” sua unidade, ou, pedir para algum parente do larista vir até a unidade para “cuidar” ou acabavam por sair separados ou seja: um ficava “tomando conta” na unidade e o outro saía.

■ segundo os laristas, não existe uma “sensibilidade” em relação a essa necessidade, por parte da instituição.

■ é importante ressaltar, que os dois casais mais antigos de Lar sempre se expunham mais nas reuniões emitindo, criticando e sugerindo alternativas para os problemas tratados sobre disciplina, relacionamento nas unidades, forma de conduzir a rotina, etc.

■ ao tomarem a decisão de sair do Lar, relatavam sua mágoa pela falta de reconhecimento e a preocupação com as crianças que teriam que mudar de unidade ou adaptar-se aos novos laristas.

■ numa das reuniões com os laristas, ouvimos de um dos casais mais antigos, que preferiam em suas unidades, receber sempre as crianças com deficiência mental e comprometimento físico, pois essas “nunca iam para adoção” e dessa forma eles não “sofreriam” com a separação.

■ lado pouco conhecido da instituição, é o apego às crianças por parte dos laristas. Algumas vezes as saídas e as mudanças principalmente dos bebês, são explicadas, outras vezes não, o que deixa nos laristas um grande sentimento de rejeição e impotência.

■ houve casos em que a larista se “apegou” tanto ao bebê que após sua saída da unidade para “adoção” ela teve uma crise nervosa, chorando por muito tempo. Logo após esse incidente, é como se o desamparo tivesse tomado conta: ela já era uma pessoa de difícil relacionamento com algumas adolescentes de sua unidade; também não era muito “caprichosa” com a arrumação da casa. O que se observou, então, é que alguns problemas “pessoais” com um filho adolescente, com um ex-companheiro parecem ter-se somado à saída do bebê, para provavelmente terem “desencadeado” essa “crise nervosa”. Passaram-se em torno de dois meses, e ela pediu para sair do Lar.

■ ela havia sido chamada a atenção pelo desinteresse com os assuntos referentes à sua unidade e estava “advertida”. Sua saída foi “comunicada” à coordenadora numa sexta-feira, e a mesma teve que reorganizar as crianças em outras unidades pois não havia outros laristas para substituí-la.

■ a questão do “apego” dos laristas para com as crianças é facilmente observado pois dos dois casais mais antigos das unidades, um tem seus dois filhos biológicos adultos, têm netos, mas enquanto estiveram no Lar adotaram duas crianças. O outro casal tem três filhos e pediram a guarda de um bebê para posterior adoção.

■ será que a intuição é “sensível” a esses fatos quanto decide “aceitar” o pedido de “saída” desses laristas ?

■ os “erros” cometidos de ambos os lados - direção e laristas -, não poderiam ser sanados sem o desligamento desses laristas ?

■ e as crianças e adolescentes como ficam nessa situação ?

■ como podemos afirmar que quando elas nos relatam que já estão “acostumadas” com as mudanças constantes de laristas, não estão apenas utilizando-se de “comportamentos de esquiva”, diante de uma situação que lhes é extremamente triste e frustrante ?

■ é possível mudar essa situação ? Como isso poderia ser conseguido ?

Finalmente, conclue-se que, a perda da autonomia dos laristas nas decisões de rotina da Instituição, sobre questões de disciplina das crianças e adolescentes, sobre as dificuldades habituais encontradas nas unidades, somadas ao dia a dia cansativo, repetitivo e sem perspectivas de mudanças favoráveis, acabam determinando a saída dos casais.

Algumas propostas serão feitas, cabe à instituição aceitá-las ou não e, uma vez colocadas em prática, dar-se um período de acompanhamento com avaliações constantes e mudanças que necessariamente irão requerer novas estratégias de ação, como toda proposta que envolve o relacionamento entre as pessoas.



**D) VARIÁVEIS INTERACIONAIS LARISTAS - CRIANÇAS E AS HIPÓTESES :
4ª (DESAFIOS NORMAIS) ; e 8ª (INCAPACIDADE DE LIDAR COM OS
PRÓPRIOS FILHOS BIOLÓGICOS)**

Já foi descrito anteriormente, que não existe uma “família ideal” mas assim é considerada pela criança ou pelo adolescente que nela se sente seguro e amado.

Acredita-se que, se existe uma “fórmula” para os relacionamentos entre pais e filhos “darem certo”, esta deve ter ingredientes tais como: amor, respeito, próprio exemplo, firmeza, humildade e companheirismo.

É possível mesmo com tais habilidades, que qualquer pai, biológico ou substituto, encontre desafios constantes, pois os ambientes freqüentados pela criança, pelo adolescente e por eles próprios, estão continuamente mudando, renovando-se e, por isso mesmo, sempre surpreendendo.

Então, é cabível aqui a seguinte análise: se, para um adulto com bom equilíbrio emocional, tais desafios produzem impactos que chegam a estressar ou muitas vezes, fazem-no buscar ajuda profissional por não conseguirem compreender os efeitos desses sobre suas vidas, o que dizer de tais condições, sobre a vida de crianças e adolescentes que estão buscando sua referência como pessoa ?

Por outro lado e também relacionados aos desafios levantados na hipótese número quatro, estão os relatos dos casais mais antigos do Lar, no que se refere à perda de

controle sobre as crianças e adolescentes. O descontentamento estava claramente associado às mudanças estruturais provocadas pela construção das unidades dentro do espaço físico do Lar.

A sujeição à essa nova realidade, trouxe mais aborrecimentos do que satisfações. Somado a esses fatos, as crianças anteriormente dóceis e mais fáceis de “lidar”, vão se transformando nos adolescentes que hoje contestam, impacientam-se por pouca coisa - um shampoo ou baton usado por uma criança da unidade - e brigam, gritam, desafiam. Percebe-se que, a “docilidade” das crianças de quinze anos atrás, transformou-se hoje, na teimosia e intransigência do adolescente em busca da sua auto-afirmação, o que talvez, os laristas mais antigos não se aperceberam.

Para finalizar, torna-se interessante destacar também que dos novos casais que atualmente estão no Lar, dois deles, já estiveram anteriormente por mais de dez anos, e os dois restantes, respectivamente: menos de quatro anos e menos de um ano.

Resta levantar-se a seguinte questão: - O que levou esses casais com tantos anos de cuidados como pais substitutos, a aceitarem novamente o convite do Lar ?

As respostas prováveis podem ser, além da necessidade - estarem talvez sem emprego ou precisando desocupar a casa onde moravam,- outras variáveis envolvidas, as quais um estudo futuro e detalhado poderá mostrar quais, e servirem de sugestão no recrutamento de novos casais.

Talvez aquelas habilidades referidas anteriormente : amor, respeito, próprio exemplo, firmeza, humildade e companheirismo, fossem encontradas nesses laristas, juntamente com outras tantas que nossa análise não detectou.

É possível então, como próximo passo, o estudo longitudinal desses casais como uma maneira de auxiliar a melhor compreensão dessas relações entre laristas, crianças e adolescentes.

**E) EFEITOS DE VARIÁVEIS CONTEXTUAIS BIPOLARES E AS HIPÓTESES:
9ª (APOIO AOS LARISTAS); 10ª (MUDANÇAS DE LARISTAS E MUDANÇAS
DE CRIANÇAS DAS UNIDADES)**

Ao se iniciarem as reuniões com os casais de laristas, as dificuldades referentes a relatos pessoais e sobre o que acontecia nas unidades, eram grandes.

Quando o grupo percebeu que não existia qualquer intenção por parte dos coordenadores (psicóloga e assistente social), de delação ou punição dos relatos, aos poucos foi ficando mais à vontade para outros assuntos, como aquele sobre o problema da comida, já citado anteriormente.

Nessas reuniões, as dificuldades de relacionamento com as crianças e adolescentes, eram relatadas por cada um dos casais e aos poucos foi ficando clara a característica de cada um em lidar com os problemas de suas unidades.

A divisão das responsabilidades quanto à punição das crianças e dos adolescentes que criavam confusão, era feita reproduzindo o modelo de família nuclear; ou

seja, quando a larista havia esgotado os recursos pessoais de “negociação”, apelava ao seu marido também larista, no final do dia, para a resolução final. Nessas situações, era possível verificar que, o envolvimento por parte do larista era extremamente importante no desfecho do problema.

Foi verificado, por exemplo, nos dois casais mais antigos, a participação do larista, marcada por muito diálogo, suspensão de privilégios do tipo: ver televisão, sair para brincar, que era seguido firmemente pelo casal.

Nos três casais restantes, aparentemente havia falta dessa “sincronia” nas decisões, pois em dois deles, o relato era de que não havia “paciência” para teimosias, que ele preferia não se envolver porque “estourava” fácil. Já o outro casal (aquele mais novo em idade), a larista dificilmente se expunha nas reuniões; o larista era quem falava e, aparentemente, todas as decisões eram deixadas para ele.

A terceira, era a larista que, separada, tinha dois filhos; um adolescente que lhe dava muitos problemas e o filho mais velho a quem ela recorria nos casos difíceis. Entretanto, essa larista não se envolvia nas reuniões; faltava muito, quase sempre ao estar presente, se queixava de doenças, e nunca se expunha nos diálogos. As raras vezes que o fez, demonstrou que era pela “imposição” que tentava controlar aqueles que lhe desafiavam. Ela e o filho adolescente, estavam sempre discutindo e aparentemente o filho mais velho não se envolvia nesses problemas (eram irmãos apenas por parte de mãe).



Foi possível observar nesse contexto que, as duas últimas laristas citadas, eram de pouquíssimo diálogo o que provavelmente contribuiu para o aumento das dificuldades de suas unidades e também às reuniões de confronto com a coordenadora.

Outro aspecto a analisar-se é que, aparentemente o fato de o larista trabalhar fora do Lar, não contribuía para o aumento dos problemas desde que, ao final do dia, houvesse sua participação e, com isso, a discussão e atribuição de conseqüências.

A variável que provavelmente torna difícil a convivência entre aqueles que desafiam e se negam a seguir as normas de sua unidade, e o casal de laristas, é o não envolvimento de um deles - seja marido ou esposa. Parece haver a percepção clara disso por parte dos adolescentes, das crianças, e com isso, o aumento dos desafios em relação ao larista que ficou sozinho nesse embate.

Por outro lado, algumas vezes, a mudança de unidade para aquela criança ou adolescente que após reuniões nas unidades, de confronto, não resolveram, pode ser a solução.

Foi possível acompanhar três casos em que isso aconteceu para dois deles - (um casal) com idades entre 17 e 18 anos e o terceiro (um menino), com 11 anos. Esses adolescentes sempre foram definidos pelos laristas nas reuniões como difíceis, auto-suficientes e desafiadores, assim como o pré-adolescente.

As histórias de vida da adolescente e do pré-adolescente incluem o abandono na Instituição quando recém-nascidos. O adolescente, teve passagem por um orfanato nesta

cidade e está no Lar há sete anos; ele conhece seus pais verdadeiros, enquanto que os outros dois, não. O que possuem em comum, é o fato de nunca receberem visitas.

O casal de adolescentes e o garoto, separadamente, mudaram em média, seis vezes de laristas, tendo, algumas vezes, retornado aos laristas anteriores.

Atualmente, os adolescentes foram enviados separadamente para laristas que já haviam trabalhado no Lar anteriormente, por um período médio de doze anos cada uma. Até o encerramento das reuniões, os relatos dos laristas é que estavam calmos, não apresentando maiores problemas. Por outro lado, o pré-adolescente em dois meses aproximadamente, havia passado por dois laristas e estava dando trabalho.

Dessa forma, embora a conduta por parte da Instituição é a transferência de unidade da criança ou adolescente problemático, é provável que, para alguns casos, seja necessário um acompanhamento psicológico individual para conhecerem-se as razões que estariam mantendo o comportamento desadaptativo.

Por outro lado, observou-se, durante as reuniões dos laristas, que existiam, entre alguns casais, dificuldades que iam desde omissão nas decisões por um dos pares, até problemas de ordem conjugal que não eram verbalizados diretamente, porém, percebidos durante as reuniões (a discordância quando um dos dois emitia opinião pessoal, expressão facial de impaciência quando um dos dois relatava fatos rotineiros, etc).

A partir dessas constatações, tornou-se importante a decisão de iniciar o atendimento ao casal, nas unidades. Dois casais foram atendidos até o término da coleta e o

feedback recebido, era de que tais atendimentos continuassem, porque estavam trazendo benefícios aos mesmos.

Concluindo essa análise, foi possível perceber que o acompanhamento psicológico regular de casos isolados de crianças e adolescentes, bem como o atendimento regular aos casais, são recursos que trarão benefícios para a interação bipolar dessas variáveis extremamente importantes: laristas, crianças e adolescentes.

F) EFEITOS DA COMBINAÇÃO GLOBAL DE VARIÁVEIS E A 3ª HIPÓTESE: (FAMÍLIA SUBSTITUTA - MELHOR MODELO ?)

Após serem feitas as análises anteriores, conforme o quadro sugere, foi possível concluir sobre alguns resultados observados.

De maneira geral, este estudo demonstrou que o modelo de família substituta pode ser adequado em algumas condições especiais tais como:

- quando a criança ainda não atingiu a pré-adolescência, o que pode torná-la de difícil convivência para laristas inexperientes;
- quando a criança recém internada, recebe por parte dos adolescentes e laristas, afeto, carinho e cuidados, que facilitarão seu processo adaptativo.

8. CONCLUSÃO

- quando o casal de laristas, independente de idade, escolaridade e experiência anterior, possui em seu repertório, habilidade e sensibilidade para perceber e lidar com histórias individuais que têm algo em comum: o abandono.
- quando o casal de laristas, reconhece suas dificuldades e permite ajuda de profissionais.
- quando a relação entre os laristas e a direção da Instituição, permite através da comunicação franca e direta, a solução das dificuldades do dia a dia.

Finalmente, é preciso haver nesse tripé - Instituição, larista e crianças , - uma vinculação afetiva genuína, o que possibilitará com certeza, a solução de problemas na educação e no desenvolvimento futuro das mesmas, fazendo com que as marcas do abandono sejam substituídas pela confiança em si próprias.

Passemos agora às conclusões finais deste trabalho.

5. CONCLUSÕES

Quando iniciamos esse trabalho, minha curiosidade enquanto pesquisadora, estava dirigida a uma hipótese principal: - “É benéfica ao desenvolvimento da criança a substituição da família biológica pela família substituta ? “

Ao decidirmos pela abordagem ecológica, procuramos, durante o ano em que foram efetuadas as coletas, usar várias técnicas tais como: observações, entrevistas, questionários, para possibilitar, ao máximo, o conhecimento dos processos interacionais em ação naquele *continuum*.

Cada sistema estudado - escola, insituição, funcionários, unidades, laristas, crianças, adolescentes, mostravam redes poliádicas de informações extremamente ricas e, a princípio, complexas, devido aos aparentes conflitos e contradições que demonstravam. Nesses momentos, concluíamos pela refutação da hipótese inicial; porém, sabíamos que o tempo passado e o tempo que ainda dispúnhamos para a continuidade e obtenção das informações, poderiam ir transformando essa realidade aparente, através de sugestões dadas e das mudanças nas relações que iam acontecendo.

Por que algumas mudanças mostravam-se positivas, enquanto outras determinavam novas estratégias como as várias situações referidas no capítulo anterior ?



Refletindo hoje sobre os bons resultados conseguidos em algumas decisões entre Instituição e laristas, pode-se afirmar que o tempo de vida do Lar Anália Franco - quarenta e três anos -, deu-lhe a maturidade para nem sempre tomarem-se decisões imprevistas e radicais.

Entretanto, ao nos referirmos a “algumas decisões”, queremos dizer que, em outras oportunidades, as soluções encontradas, poderiam ter sido diferentes e com resultados melhores. Nessas circunstâncias, acreditamos que o peso desses anos de poder e controle sobre decisões falou mais alto, acarretando descontentamentos sobre os quais já nos referimos.

Acreditamos que as melhores decisões, sempre foram tomadas após ouvirem-se as partes envolvidas e ainda assim, depois de se observarem, por algum tempo, se os resultados conseguidos foram os mesmos que se esperavam.

De qualquer maneira, o que observamos durante nossa participação nessa rotina Institucional, é que existe, por parte dos adolescentes, um carinho especial para as crianças menores, que se traduz em contato físico intenso através de brincadeiras, pegar no colo, levar o carrinho dos bebês sempre junto ao saírem do local onde estavam, sorriso fácil para os pequenos, o compartilhar do que estivessem comendo, conversar, fazer cócegas, etc. Podemos concluir, então, que os resultados médio e alto observados nos questionários que avaliavam o autoconceito das crianças e dos adolescentes, com a devida ressalva que devemos atribuir a qualquer instrumento de testagem objetiva, puderam indicar que a história de desenvolvimento desses adolescentes foi benéfica, mesmo se considerarmos a condição de institucionalizados.

Por outro lado, os laristas, cada um com sua maneira pessoal, mostrava o afeto pelas crianças e adolescentes de várias formas: no cuidado com as roupas, no modo de se referir ao adolescente indicando compreender o humor “instável”daquele, ou o “dengo” do outro para conseguir algo. Na própria demonstração de amor, amamentando seu filho e sendo ama de leite para o bebê que chegou em sua unidade.

Vê-se então, o lado da “doação”de si que é extremamente importante para o desenvolvimento saudável dessas crianças mas, ao mesmo tempo é possível detectar-se que outras relações que hoje não funcionam adequadamente, como a escola e o setor pedagógico, podem ser reformulados e reverter esse quadro. A disponibilidade desse setor, para as mudanças é, neste caso, condição principal para bons desempenhos acadêmicos no futuro.

Finalizando, a pergunta feita no título deste trabalho :- “Família Substituta : Solução para o Abandono Infantil ?” pode agora ser respondida. No caso da impossibilidade de retorno à família biológica, no caso de não ser viável a adoção definitiva, acreditamos e constatamos que a família substituta nos moldes estudados por nós, pode levar - juntamente com um trabalho de acompanhamento de uma equipe técnica - a um desenvolvimento saudável da criança para que amanhã ela possa reproduzir, juntos aos seus filhos, o afeto que recebeu num lar substituto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

- ARIÈS, P. (1978). **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar.
- BADINTER, E. (1985). **Um amor reconquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BALAN, et alii. (1974). **Las Histórias de Vida con Ciências Sociales: Teoria e Técnica**. Buenos Aires: Nuova Vifion.
- BARROS, Maria Cândida S. (1982). **Vida e Obra de Anália Franco. "1856-1919"**. São Paulo, Copidart Ltda.
- BERGER, P.L & BERGER, B. (1976). **Socialização: como ser um membro da sociedade**. in Foracchi e Martins. Sociologia e Sociedade., p. 200-214.
- BERGER, et alii. (1991). **A Construção Social da Realidade**. Tradução de Floriano de S. Fernandes. RJ. Vozes.
- BERNSTEIN, V.J. & HANS, S.L. (1991). **Advocating for the Young Child in Trough Strengthening the Parent - Child Relationship**. Journal of Clinical Child Psychology. 20 (1): p. 28-41.
- BIERRENBACH, Maria Inês R. de Souza. (1982). **Política e Planejamento Social**. São Paulo, Cortez.
- BOWLBY, J. (1984). **Apego e Perda: apego (vol.1)**. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
- _____. (1989). **Uma base segura: Implicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BRANDÃO, Carlos R. (1985). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 2a ed.

- BRAZELTON, T.B. (1988). **O desenvolvimento do apego: Uma família em formação.**
Porto Alegre: Artes Médicas.
- BRUSCHINI, M.C. Aranha. (1986). **A estrutura familiar e a vida cotidiana na cidade de São Paulo.** Tese de doutoramento, vol.1 , USP , São Paulo.
- CAMPOS, A.V.D. de Souza. (1981). **Menor institucionalizado: um desafio para a sociedade. (Atitudes, aspirações, problemas para sua reintegração à sociedade).** Tese de doutorado. (xerox não consta universidade).
- CAVALLIERI, A e outros. (1980). **Lei n.6697/79.** Forense, RJ, p.6.
- COLEMAN, J.C. (1973). **A psicologia do anormal.** São Paulo, Pioneira.
- FOUCAULT, Ulichel. (1977). **Vigiar e Punir.** Petrópolis, Vozes.
- FOUCAULT, M. (1982). **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro, Graal, 3a ed.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. (1984). **O Internato e o Desinternamento.** Revista Itinerário. n.2, Belo Horizonte, outubro.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. (1983). **"A Questão do Menor",** Brasília.
- GINSBERG, Morris. (1966). **Psicologia da Sociedade.** Tradução de Watensir Dutra, RJ, Zahar.
- GOFFMAN, E. (1974). **Manicômios, Prisões e Conventos.** SP, Perspectiva.
- _____. (1980-82). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.**
Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes, 3ed, RJ, Zahar.
- GOODE, Willian J. (1970). **A Família.** Tradução de Antonio A. Netto. SP, Livraria Pioneiro.

- GUNTHER, Isolda de Araujo. (1988). **Cuidados Alternativos em Crianças e seus Efeitos no Desenvolvimento Sócio-Emocional.** Estudos de Psicologia. n. 1, vol. 5, p.74-92, jan/julho.
- GUIRADO,M. (1986). **Instituições e relações afetivas: o vínculo com o abandono.** São Paulo, Summus.
- HERZER. (1982). **A Queda para o Alto.** Petrópolis, Vozes.
- KOSMINSKY,E.V. (1992). **A infância assistida.** Tese de doutorado, USP, São Paulo.
- LANE, S.T.M. & CODO, W. (Org.) (1984). **Psicologia Social. O homem em Movimento.** São Paulo, Brasiliense.
- LOUZEIRO, José. (1977). **Infância dos Mortos.** Record, RJ.
- LUPPI, Carlos A. (1981). **Agora e na Hora de Nossa Morte.** Brasil Debates, SP.
- MELLO, S.L. (1994). **Famílias das Classes Populares: Tradição e Mudança.** Rev.Bras.Cresc.Des.Hum.,SP,4(1),21-27
- NOVAES, L.M.(1990). **Como enfrentar o Stress.** Imago, São Paulo.
- ONESTI,L.A.(1995). **Resistência Psicológica,Fator Essencial para a Normalidade.** Revista Terra e Cultura, Cadernos de Ensino e Pesquisa. n.22, ano X, p.17-22, julho/dezembro.
- PERROT,M. (1993). **O nó e o ninho.** Texto extraído da Revista Veja 25 anos. Reflexões para o futuro. Org. Odebrecht, 20 de setembro.
- RIZZINI, I. (1985). **A internação de crianças em estabelecimentos de menores: alternativa ou incentivo ao abandono ?** Espaço, Cadernos de Cultura, USU, Rio de Janeiro, n. 11, julho.
- ROSSETTI - FERREIRA, Maria Clotilde. (1986). **Mãe & Criança: separação & reencontro.** São Paulo, Edicon.



- _____. (1979). **Interação entre Fatores Biológicos, Sócio- Econômicos e Culturais no Desenvolvimento Mental e Desempenho Escolar da Criança Desnutrida.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.29, p. 37-48.
- SCHULTZ,D. (1975). **História da Psicologia Moderna.** São Paulo, Cultrix.
- SEED.(1996) **Programa Adequação Idade-Escola.** Jornal Folha de Londrina, Caderno Folha Pr, 26/novembro.
- SKINNER,B.F. (1953). **Ciência e Comportamento Humano.** São Paulo, Cultrix.
- UNICEF. (1984). **Impacto da Recessão Sobre as Crianças.** UNICEF, Brasília.
- UNICEF. (1984). **Serviços Básicos para Crianças e Mulheres do Meio Urbano Pobre.** Relatório do Diretor Executivo. Brasil, junho, p.11.
- VIOLANTE,M.L. (1985). **O dilema do decente malandro - a questão da identidade do menor** - FEBEM, Cortez Ed. São Paulo.
- ZAMBERLAN,M.A.T. (1995). **Ambientes de desenvolvimento de crianças pré-escolares: proposta de intervenção preventiva familiar para crianças em situação de risco.** Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado. USP., Ribeirão Preto.
- ZILIOOTTO,M.C. (1992). **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política de Atendimento.** Rev.Bras.Des.Hum.,SP, II(1):p.15-31.



ANEXOS



ANEXO I - BIBLIOTECA



ANEXO II - PÁTIO COBERTO



ANEXO III - CASAS LARES



ANEXO IV - FACHADA DO LAR ANA LIA FRANCO DE LONDINA



ANEXO IV - FACHADA DO LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA



**ANEXO V - ENTREVISTA JUNTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO LAR
(MODELO)**

1. IDENTIFICAÇÃO:
2. Nome: (iniciais) Côm: Idade:
3. Data de Nascimento: Escolaridade:
4. Há quanto tempo você mora no Lar ?
5. Antes do Lar onde e com quem você morava ?
6. Por quê veio para o Lar ?
7. Conhece seus pais verdadeiros ?
8. Mantém contato com eles ? (Se não, investigar quando se deu essa "quebra do vínculo biológico" e como ele sentiu-se).
9. Há quanto tempo está nessa unidade ?
10. Gosta de morar nela ?
11. Já ficou em outras unidades por mais tempo ? (Investigar porque saiu, como sentiu-se).
12. Gostaria de escolher com quem morar ?
13. Por quê ?
14. Você acha fácil "viver" com várias crianças, com idades diferentes na mesma casa ?
15. Porque ?
16. O que você mudaria em sua unidade ?
17. Se você fosse o presidente do Lar, o que mudaria nas unidades ?
18. E no Lar ?
19. Se você pudesse mudar sua vida, como a mudaria ?
20. Qual é o seu sonho ?

ANEXO VI - QUESTIONÁRIO DE AUTO-CONCEITO

- | | | |
|--|-----|-----|
| 1. Meus colegas caçoam de mim | sim | não |
| 2. Eu sou uma pessoa feliz | sim | não |
| 3. É difícil para mim fazer amigos | sim | não |
| 4. Eu me sinto frequentemente triste | sim | não |
| 5. Eu sou esperto | sim | não |
| 6. Eu sou tímido | sim | não |
| 7. Eu fico nervoso quando o professor me chama | sim | não |
| 8. Minha aparência me aborrece | sim | não |
| 9. Quando eu crescer, serei uma pessoa importante | sim | não |
| 10. Eu fico muito preocupado quando tenho provas na escola | sim | não |
| 11. Eu não sou popular | sim | não |
| 12. Eu sou bem comportado na escola | sim | não |
| 13. Em geral é minha culpa quando alguma coisa sai errada | sim | não |
| 14. Eu causo problema à minha família | sim | não |
| 15. Eu sou forte | sim | não |
| 16. Eu tenho boas idéias | sim | não |
| 17. Eu sou um membro importante na minha família | sim | não |
| 18. Eu sempre quero que as coisas sejam do meu jeito | sim | não |
| 19. Eu sou bom para fazer as coisas com minhas mãos | sim | não |
| 20. Eu me desespero facilmente | sim | não |
| 21. Eu sou bom em meu trabalho escolar | sim | não |
| 22. Eu faço muitas coisas más | sim | não |
| 23. Eu desenho bem | sim | não |
| 24. Eu sou bom em matemática | sim | não |
| 25. Eu me comporto mal em casa | sim | não |
| 26. Eu sou lento para terminar meus trabalhos | sim | não |
| 27. Eu sou membro importante na minha classe | sim | não |
| 28. Eu sou nervoso(a) | sim | não |
| 29. Eu tenho belos olhos | sim | não |
| 30. Eu posso falar bem diante da classe | sim | não |
| 31. Na escola eu sou um sonhador | sim | não |
| 32. Eu perturbo meus irmãos ou irmãs | sim | não |
| 33. Meus amigos gostam das minhas idéias | sim | não |
| 34. Eu me meto sempre em dificuldades | sim | não |
| 35. Eu sou obediente em casa | sim | não |
| 36. Eu tenho sorte | sim | não |
| 37. Eu me preocupo muito | sim | não |
| 38. Meus pais esperam demais de mim | sim | não |
| 39. Eu gosto da forma que sou | sim | não |
| 40. Eu me sinto por fora das coisas | sim | não |
| 41. Eu tenho belos cabelos | sim | não |
| 42. Eu me ofereço sempre para fazer trabalho na classe | sim | não |

43. Eu gostaria de ser diferente	sim	não
44. Eu durmo bem a noite	sim	não
45. Eu odeio a escola	sim	não
46. Eu estou entre os últimos a serem escolhidos para um jogo	sim	não
47. Eu sou muito doente	sim	não
48. Eu sempre significo alguma coisa para os outros	sim	não
49. Meus colegas da escola acham que eu tenho boas idéias	sim	não
50. Eu sou infeliz	sim	não
51. Eu tenho muitos amigos	sim	não
52. Eu sou alegre	sim	não
53. Eu sou ignorante sobre muitas coisas	sim	não
54. Eu sou bonito	sim	não
55. Eu sou muito mimado	sim	não
56. Eu brigo muito	sim	não
57. Eu sou popular com meninos	sim	não
58. As pessoas me perturbam	sim	não
59. Minha família está desapontada comigo	sim	não
60. Eu tenho um rosto agradável	sim	não
61. Quando eu tento fazer alguma coisa tudo parece dar errado	sim	não
62. As pessoas de casa me perturbam	sim	não
63. Eu sou líder em jogos e esportes	sim	não
64. Eu sou desajeitado	sim	não
65. Em jogos e esportes eu observo em vez de jogar	sim	não
66. Eu esqueço o que aprendo	sim	não
67. Eu sou fácil de tratar	sim	não
68. Eu perco a calma facilmente	sim	não
69. Eu sou popular com as garotas	sim	não
70. Eu sou bom leitor	sim	não
71. Eu prefiro trabalhar sozinho do que em grupo	sim	não
72. Eu gosto de meu irmão(a)	sim	não
73. Eu tenho uma bela aparência	sim	não
74. Eu sempre tenho medo	sim	não
75. Eu sempre deixo cair e quebrar coisas	sim	não
76. As pessoas podem acreditar em mim	sim	não
77. Eu sou diferente dos outros	sim	não
78. Eu tenho maus pensamentos	sim	não
79. Eu choro facilmente	sim	não
80. Eu sou uma boa pessoa	sim	não

CRIVO DO QUESTIONÁRIO DE AUTOCONCEITO:

-	S	N	-	S	N	-	S	N	-	S	N
1	X		21		X	41		X	61	X	
2		X	22	X		42		X	62	X	
3	X		23		X	43	X		63		X
4	X		24		X	44		X	64	X	
5	X		25	X		45	X		65	X	
6		X	26	X		46	X		66	X	
7	X		27		X	47	X		67		X
8	X		28	X		48		X	68	X	
9	X		29		X	49		X	69		X
10		X	30		X	50	X		70		X
11	X		31	X		51		X	71	X	
12	X		32	X		52		X	72		X
13	X		33		X	53	X		73		X
14	X		34	X		54		X	74	X	
15		X	35		X	55	X		75	X	
16		X	36		X	56	X		76		X
17		X	37	X		57		X	77	X	
18	X		38	X		58	X		78	X	
19		X	39		X	59	X		79	X	
20	X		40	X		60		X	80		X

ANEXO VII - ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

- 1) Como você avalia o aluno(a) academicamente ?
- 2) Como você avalia os(a) aluno(a) como pessoa ?
- 3) Como você acha que ele(a) se avalia como pessoa ?

ERRATA

RESUMO, linha 20 onde se lê **de laristas** leia-se **dos laristas**.

ABSTRACT, linha 1 onde se lê **porpose** leia-se **purpose**;

linha 12 onde se lê **focussing** leia-se **focusing**;

linha 16 onde se lê **have** leia-se **has**;

linha 16 onde se lê **they about** leia-se **they had about**;

linha 29 onde se lê **more than and institution** leia-se **more than an institution**.

Página 13, 5ª linha onde se lê **taditional** leia-se **tradicional**

Página 36, 2ª linha onde se lê **rede polidiádica** leia-se **rede poliádica**

Página 44, 2ª linha onde se lê **excessões** leia-se **exceções**

Página 60, 3ª linha onde se lê **páteo** leia-se **pátio**

Página 63, 7ª linha onde se lê **adolecente** leia-se **adolescente**

Página 64, 5ª linha onde se lê **teceita** leia-se **terceira**

Página 70, 3ª linha onde se lê **anexo p.** leia-se **ANEXO VI**

Página 87, 1ª linha onde se lê **redicalmente** leia-se **radicalmente**

Página 95, 7ª linha onde se lê **hoja** leia-se **hoje**

Página 105, 1ª linha onde se lê **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS** leia-se **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**.

